



Anais da Assembléia

N.º 75

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE AGOSTO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 65.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1985

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Djalma de Almeida César.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quilse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pesutti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Tuguio Setogutte (48). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Fiori Luiz, Airtton Cordeiro, Artagão Matos Leão, Caíto Quintana, Ervin Bonkoski, Irondi Pugliesi, Leônidas Chaves, Paulo Furiatti, Werner Wanderer e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder do Governo, indica os nomes dos Srs. Deputados do PMDB, para comporem a Comissão Especial de Reforma à Constituição, conforme relação abaixo:

DIRCEU MANFRINATO
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
RUBENS BUENO

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA
Líder do Governo e PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 54/85, que concede auxílio-moradia aos Juizes do Interior.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 126/85, que trata da criação do Município de DIAMANTE DO OESTE, desmembrando-o do Município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

Apoioamento: EDGARD PIMENTEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 103/85, que denomina "Escola Estadual Treofânio Agapito Maltezzo", o estabelecimento de ensino de 1.º Grau na cidade de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 82/85, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo à Maternidade e à Infância "Amélia Boudet".

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 72/85, devendo o mesmo ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para novo parecer, face à emenda apresentada.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, inserção nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo faleci-

mento da Sra. ARACI CALDERARI VALENTE, ocorrido domingo último, nesta Capital.

A extinta era genitora do ex-Diretor Geral desta Assembléia Legislativa, Dr. Carlos Eduardo Gurgel do Amaral Valente Neto.

Sua morte veio consternar a todos que a conheciam, pois era pessoa de destaque em nossa sociedade.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. MARIA GIOTTO BELANDA, ocorrido ontem, na cidade de Florai.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, aos cuidados do Sr. Prefeito Municipal de Florai.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O desaparecimento da Sra. Maria Giotto Belanda, aos 81 anos de idade, deixa lacuna numa das mais tradicionais famílias pioneiras de Florai, causando muita tristeza e dor aos familiares e ao vasto contingente de amigos que tiveram o privilégio de desfrutar de sua amizade.

Pessoa humana, cristã, fiel cumpridora na sua missão de fazer bem ao próximo.

A extinta deixa viúvo o Sr. Rodolfo Belanda, pioneiro de Florai e os seguintes filhos: Ângelo Edmundo, Antônio Odair, José Mauro e Urânia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos no uso de suas atribuições, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o encaminhamento de voto de pesar a família do Sr. João Cioni Neto, pelo falecimento de sua esposa, sra. ALICE MARCOLINO CIONI.

Outrossim, gostaria que fosse dado encaminhamento deste à família enlutada, à Rua Cândido Xavier, 755, apt. 13 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A extinta participou da implantação do Município de Umuarama, no que tange à presença da mulher no contexto social.

Como primeira dama do município na gestão de seu marido, João Cioni Neto - Prefeito Municipal de Umuarama, a Sra. Alice Marcolino Cioni teve papel de destaque junto às populações mais carentes, desenvolvendo programas sociais de grande profundidade comunitária.

Lamentavelmente Umuarama perde mais um dos seus filhos ilustres, restando-nos profundo sentimento de gratidão e agradecimentos prestados por Dona Alice Marcolino Cioni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração em ata da presente sessão, de voto de congratulações e cumprimentos, manifestados à Sra. Diretora da Escola Professor Júlio Teodorico, de Ponta Grossa, Professora Marilde Boamorte Fonseca, pelas comemorações alusivas ao cinquentenário de fundação daquele exemplar estabelecimento de ensino, levadas a efeito no dia 10 do mês em curso, ocasião em que deseja enaltecer a inestimável contribuição prestada ao longo desses anos à cultura paranaense, em especial ao povo pontagrossense.

Requer, ainda, a extensão dos votos propostos aos demais membros do corpo docente daquela escola.

Desta decisão, solicita seja dada ciência pelo seguinte endereço: Rua Baldwin Taques, 1168, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao jornal "CAIÇARA", de União da Vitória, pela passagem do seu 32.º aniversário de fundação.

Requer, ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência à direção do referido jornal na pessoa de sua diretora, jornalista M. Daluz Augusta, à Rua Costa Carvalho, 644 - União da Vitória - PR.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O jornal "Caçara", de União da Vitória, fundado em 12 de agosto de 1953, pelo professor Didio Augusto, de saudosa memória, dirigido sempre por seus filhos e netos, tornou-se leitura obrigatória para milhares de paranaenses e catarinenses, como um dos mais importantes órgãos de divulgação do interior.

Respalado por uma extraordinária credibilidade na opinião pública o jornal "Caçara" merece e deve receber este registro, com a homenagem aos diretores, jornalistas e demais funcionários que, juntos, têm construído a grandeza daquele jornal e relevantes serviços à comunidade de um modo geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à Chefe do Núcleo Regional do Litoral, da Secretaria da Educação, Professora Esther Dipp dos Santos, pela realização do encontro de jovens no litoral, com o tema "CONSTITUINTE E EDUCAÇÃO".

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à Professora Esther Dipp dos Santos, na Secretaria de Educação.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a consignação na ata dos presentes trabalhos, de voto de congratulações ao Desembargador Clodomil Costa Lima, pela sua posse no Tribunal de Justiça do Estado.

Nosso homenageado tomou posse no honroso cargo de Desembargador no Tribunal de Justiça do Paraná. Juiz íntegro, de exemplar probidade e constância, assume o mais alto posto do Judiciário depois de prestar judicatura em várias comarcas do Paraná, sempre foi considerado e respeitado pelo acerto de suas decisões que sempre imprimiu a alta forma de julgar.

Requeiro, ainda, se dê ciência ao ilustre homenageado no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de louvor à Diretoria da CO-OPAVEL — Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda., na pessoa dos Srs. Salazar Barreiros, Presidente da Cooperativa; Joaquim Felipe Laginski, Vice-Presidente; Dilvo Grolli, Secretário; Abraão Parcival Vial, Altair Tuio Zeniewirz, Antonio Afonso Witaker, Bernardo Frederico Jensen, Enio Pereira da Silva, Inerino Tasca, Jacob Plínio Luft, Nilo Deitos, Riciere Cogo, Silvino Danillo Mânica, Valério Grazi Bernardi e Victor Inácio Backes, Conselheiros Efetivos; Danilo Honorino Bernatt, Horst Jurgen Riepenhoff e Paulo Alves Freire, Conselheiros Fiscais, pela forma serena e isenta com que vêm enfrentando e superando a crise que recentemente ameaçava a sobrevivência da Instituição.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Dificuldades de ordem administrativa, aliadas à difícil conjuntura nacional, ameaçavam não só a instituição cooperativa, como especialmente cerca de nove mil famílias de pequenos agricultores das regiões oeste e sudoeste. A falência da Cooperativa significaria a desestabilização de nove mil propriedades rurais, além do caos social representado pelo desemprego de outras mil famílias de funcionários.

A atual Diretoria, com serenidade e trabalho incansável, vem conseguindo, com o apoio do Governo do Estado, superar gradativamente as dificuldades, devolvendo a tranquilidade e segurança aos agricultores e por extensão, a todo o movimento cooperativista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUEREM a formação de uma Comissão Especial, composta por seis Deputados com assento nesta Casa de Leis, para participar de uma audiência com o Reitor da Universidade Católica do Paraná, juntamente com os alunos do referido estabelecimento de ensino, em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA, IVAN GUBERT,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA e ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a constituição de uma Comissão Externa de Parlamentares, para, junto ao Magnífico Reitor da Universidade Católica do Paraná, servir de mediadora entre aquela autoridade e os universitários grevistas do Curso de Fonoaudiologia, nas suas reivindicações.

Requer também, que a Comissão Executiva do Poder Legislativo providencie, junto ao Magnífico Reitor, uma audiência para tratar do referido assunto.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que subscreve o presente, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja designada uma COMISSÃO ESPECIAL — SUPRAPARTIDÁRIA, com a finalidade de intermediar as conversações entre a Turma de FONOAUDIOLOGIA, último período, e a REITORIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, visando colocar um ponto final no impasse causado entre as partes e que vem se arrastando há longos dias sem solução.

Requer, outrossim, o urgenciamento da designação acima solicitada.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de mensagem ao doutor Delcíno Tavares da Silva, Superintendente do INAMPS/PR., e ao doutor Luiz Cordoni Júnior, Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando urgência na tramitação do processo de credenciamento do Hospital Municipal de Florestópolis.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O município de Florestópolis há anos aguarda a regularização do atendimento médico previdenciário à sua população. Inexiste convênio ou credenciamento de estrutura hospitalar para prestação destes serviços, o que acarreta dificuldade de assistência e encarecimento dos outros.

Hoje, finalmente, encontra-se em fase final o processo (n. 35194/001696-84) de transferência de credenciamento de A.M. Andrade e Cia. Ltda., do Hospital Santa Izabel, município de Jaguapitã, para o Hospital Municipal de Florestópolis.

O ingente esforço desempenhado pelo dinâmico Prefeito Márcio Francisco de Souza, pela Câmara de Vereadores e demais lideranças da comunidade de Florestópolis está prestes a coroar-se de êxito.

Contamos com a eficiência e novo espírito de trabalho que hoje predomina na Superintendência Regional do INAMPS. Contamos com a tradicional eficiência da equipe de trabalho da SESB. Mais do que ninguém, o povo de Florestópolis agradece.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ CORDONI JÚNIOR, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando providências para a instalação, o mais brevemente possível, de Postos de Saú-

de nas localidades de SÃO VALÉRIO e SAGRADA FAMÍLIA, ambas no município de Planalto, cientificando-se deste requerimento o Senhor Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores do mencionado município.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O pedido ora formulado e que, temos certeza, será atendido, vem ao encontro da aspiração das respectivas comunidades, cuja maioria da população é carente, enfrentando sérios problemas para o tratamento de saúde, quando precisam deslocar-se até a sede do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no intuito da liberação de cento e vinte carteiras para a Escola Municipal Getúlio Vargas, localizada na municipalidade de Iretama.

A iniciativa da presente solicitação é formulada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Iretama, Humberto Gomes Martins. Na qualidade de Chefe do Executivo daquela cidade, o Poder Público adotou como uma de suas principais metas prioritárias de trabalho, fora de qualquer dúvida, a questão educacional como um todo. Dentro de tal espírito de realização, tem-se conquistado importantes espaços na melhoria efetiva da sistemática de ensino, oferecendo, por exemplo, maior número de vagas para a população.

Justamente objetivando ampliar o número de vagas nos estabelecimentos de ensino em Iretama, a Administração Municipal tem posto em prática uma série de medidas, visando ampliar a quantidade de salas de aula, assim como outras instalações necessárias ao funcionamento de cada unidade. Deste modo, no que se refere à Escola Municipal Getúlio Vargas, a mesma recebeu obras de ampliação, onde se construiu novas salas de aula, havendo necessidade urgente de adquirir carteiras escolares que atendam tal realidade, bem como substituir os móveis que não mais apresentam condições de uso.

Face ao exposto, espera-se dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação o encaminhamento a que se refere este requerimento, ou seja, a liberação de pelo menos cento e vinte carteiras escolares para o referido educandário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo o envio de maquinários para atendimento junto a pequenos proprietários rurais da região pertencente à municipalidade de Janiópolis.

Em que pese haver ocorrido nestas últimas décadas uma progressiva inversão do quadro estatístico referente ao campezinato, onde o número de pequenas propriedades vêm desaparecendo sistematicamente, trazendo no seu bojo, entre incontáveis reflexos negativos, o êxodo rural como o maior problema social e econômico, o município de Janiópolis apresenta, ainda, um número significativo de pequenos proprietários.

Naturalmente, estas pequenas áreas rurais, para resistirem

como tal, têm enfrentado toda uma política adotada para atender privilégios dos grupos maiores que se fazem presentes em nosso País, que, detentores de extensas áreas, as utilizam mais para especulação do que para o cultivo e outras explorações.

O Brasil inegavelmente vive, nos dias de hoje grandes expectativas quanto ao Plano Nacional de Reforma Agrária, que, entre outros tantos propósitos, pretende uma distribuição de terras, através, por exemplo, do reassentamento. Entretanto, a revisão da política agrícola também é uma necessidade vital e imposterável, principalmente com relação ao pequeno proprietário rural, onde até mesmo está em jogo sua própria sobrevivência. Deste modo, urge a adoção de uma política que seja capaz de estimular o pequeno agricultor, como o de Janiópolis.

Dentro desta linha de raciocínio, o Excelentíssimo Senhor Lino Dias da Silva está propondo que essa Secretaria de Estado da Agricultura determine o envio de maquinários que, num prazo de pelo menos dois anos, sejam colocados à disposição do conjunto dos agricultores, para a execução de trabalhos relativos ao setor, como terracionamento, construção de micro-bacias e melhorias das condições de tráfego das estradas.

A iniciativa de Lino Dias da Silva, na qualidade de Vereador daquela cidade é perfeitamente válida e justa, e, por certo, encontrará o respaldo necessário dessa Pasta.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que se avalie as reais possibilidades em se efetuar o desmembramento dos postos do DETRAN existentes respectivamente nas municipalidades de Altamira do Paraná e Juranda, para que os mesmos venham a fazer parte da 37.ª Ciretran sediada na municipalidade de Ubatuba.

A iniciativa da presente solicitação é formulada, conforme correspondência encaminhada, pelo Ilustríssimo Senhor Carlos Alves. Na qualidade de Chefe da Ciretran localizada em Ubatuba, este afirma ser de fundamental importância que os postos do DETRAN de Altamira do Paraná e Juranda venham a fazer parte do quadro de atendimento da 37.ª Ciretran, já que com tal medida será evitada uma série de transtornos, principalmente com relação a distância que as pessoas precisam percorrer atualmente para serem atendidas em outras cidades, o que acabaria este problema se for transferida para Ubatuba.

Face ao exposto, espera-se o encaminhamento de medidas que possibilitem o atendimento do que ora é solicitado, por tratar-se, sem dúvida alguma, de uma importante reivindicação para a referida região.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes que autorizem ao concurso público de ingresso pessoal ao Quadro Próprio do Magistério também as inscrições dos professores devidamente habilitados, mesmo com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos e que, embora não tenham presentemente qualquer vínculo estatutário empregatício com o Governo do Estado, estejam ministrando aulas ou exercendo atividades técnico-administrativas através de contrato de C.L.T. junto ao Estado ou Prefeitura Municipal, APAES, ou mesmo às Instituições da iniciativa particular de Ensino.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes que concedam autorização especial para que possam inscrever-se à realização do concurso público de ingresso de pessoal ao Quadro Próprio do Magistério também os professores que prestam serviços à Rede Municipal de Ensino ou em quaisquer outras Instituições Educacionais de Iniciativa Particular, ainda que com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos.

Muitos destes professores que atualmente não possuem qualquer vínculo empregatício com o Estado, perderam-no por razões alheias a sua vontade e determinadas pelas incoerências da política educacional tão em voga nos Governos anteriores. Além disso, não deve o fator IDADE constituir-se em barreira proibitiva à realização do próximo concurso público de ingresso de pessoal ao Quadro Próprio do Magistério, até mesmo porque dada a não periodicidade de promoção de concurso estatutariamente prevista de dois em dois anos, a título de recordação, vale lembrar-se que o último concurso público de ingresso de pessoal ao Quadro Próprio de Magistério de 1ª e 4ª séries foi realizado nos idos de 1978 - muitos professores acabaram se inviabilizando em termos de faixa etária a novos concursos, por haverem completado 45 anos de idade neste interstício.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao doutor MARCOS VINICIUS VILLAGA, Presidente da Legião Brasileira de Assistência em Brasília, congratulando-se com a nomeação da senhora ARLETE RICHÁ para Superintendente Regional da LBA no Paraná.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A escolha da Primeira Dama do Paraná, senhora Arlete Richa, para dirigir a Legião Brasileira de Assistência no Paraná, enche de júbilo todo o Estado, cuja designação recaiu sobre a pessoa perfeitamente identificada com a problemática assistencial e sensível aos seus urgentes reclamos, temos certeza que exercerá com brilho mais esta responsabilidade que lhe foi atribuída.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes a Suas Excelências o Senhor Governador do Estado e Secretária de Estado da Educação, consubstanciados em apelo no sentido de serem enquadrados os professores celetistas com mais de 2 anos de serviços prestados ao Estado, possuidores de registro de Professor no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

Tal apelo se faz tendo em vista que inúmeros professores vêm prestando inestimáveis serviços no campo da educação na qualidade de professores celetistas.

A pretensão da classe, das mais justas, já teve por parte do Poder Executivo em ocasião anterior solução com o enquadramento de professores com mais de 2 anos de serviços prestados à educação paranaense, na qualidade de suplementaristas. Com esta intenção é que se aguarda por parte do Executivo Estadual o envio de Mensagem Governamental para esta Casa, enqua-

drando os professores celetistas com mais de 2 anos de serviços prestados no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente. Senhores Deputados. (Lê):

Um grande consenso nacional foi formado no sentido da retomada do desenvolvimento econômico. Uma das questões decisivas para a efetivação desse desenvolvimento é o fortalecimento do mercado interno. Para que seja concretizado este modelo, uma das medidas necessárias é o aumento real de salários, ainda que gradual, que ultrapasse o simples reajuste consumido pela inflação.

Há o empenho da Nova República neste sentido, desde a decretação do salário-mínimo acima do INPC. Há esforços do setor empresarial responsável de nosso País, que está se preocupando com a questão.

E, neste propósito, se há um setor que não tem motivo algum para alegar falta de recursos que possibilite dar aumentos reais de salários, este setor é o bancário. Foi o único setor que neste período acumulou lucros exorbitantes, devido à política de altos juros que o caracterizou.

É a propósito disso que apelamos à sensibilidade do nosso Governador José Richa para o grave empenho em que se situam as negociações salariais entre a direção do BANESTADO e os trabalhadores bancários, representados pelo Sindicato dos Bancários e a sua Federação Estadual.

Os trabalhadores reivindicaram, com muita justeza, um piso salarial de Cr\$ 1.332.000, além de um quadro de carreira justo, conforme deliberação do II Encontro Nacional dos Funcionários do BANESTADO, realizado em Londrina, no mês de maio do corrente ano. Ressalte-se, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que este valor, corroído pela política econômica dos últimos anos, ainda se situa abaixo do valor necessário à composição da cesta básica.

No entanto, a direção do BANESTADO, de forma intransigente e incompreensível, mantém o ridículo salário-base de Cr\$ 507.000. Este valor, mesmo se reajustado no próximo dissídio salarial pelo INPC, levará os bancários a uma perda real dos salários, levando-se em conta que este índice estará muito abaixo do índice de inflação.

Para realçarmos o absurdo desta situação, basta dizer que enquanto o BANESTADO propõe o salário-base de Cr\$ 507.000, os vigilantes têm hoje um salário de Cr\$ 731.000.

Mais gritante ainda se torna o problema, quando lembramos que o salário-base dos funcionários públicos do Estado é dois salários-mínimos, ou seja, a direção do BANESTADO se propõe a pagar um salário menor que aquele que no Governo José Richa o mais humilde dos funcionários recebe atualmente.

Neste sentido, hipotecamos aos funcionários do BANESTADO e aos bancários do Paraná total solidariedade às suas reivindicações, e todo o apoio ao trabalho de mobilização do Sindicato, da Federação e dos próprios funcionários daquele órgão.

Não está fora de cogitação a deflagração de uma greve no setor, devido a falta de diálogo imposta pela direção do Banco, fato que seria por demais lamentável para todos. Para aqueles que conhecem os dados da gestão anterior da instituição, confrontando-se com a atual situação da mesma, não é difícil perceber a importância que teve a atuação do quadro funcional na recuperação e no soerguimento do BANESTADO,

até chegar à posição privilegiada de hoje, cuja solidez é incontestável. Portanto, mais que uma questão de justiça social e do cumprimento das promessas de campanha, trata-se do reconhecimento do papel desempenhado pela classe durante o período de reerguimento de uma instituição cujo quadro era de extrema gravidade.

Temos plena certeza que haverá sensibilidade da Direção do BANESTADO e do Governo Estadual, no sentido do reconhecimento da injustiça que se faz aos trabalhadores deste setor, de fundamental importância para o desenvolvimento de nosso Estado e do País.

Temos plena certeza, também, que haverá reconhecimento, por parte da direção do BANESTADO, do equívoco que está sendo cometido ao não haver negociação junto às Entidades representativas dos trabalhadores, que, desde maio deste ano, fruto de seu encontro nacional, tentam sentar-se à mesa junto à Direção do Banco para a resolução deste grave problema.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ontem este plenário recebeu a visita de alunos da Universidade Católica do Paraná que estão realizando atualmente um estágio neste Poder Legislativo. Foram recepcionados pelas Lideranças de Bancada, foram saudados e, hoje, estamos recebendo mais alunos da Universidade Católica do Paraná, acompanhados dos senhores pais. São alunos do curso de Fonoaudiologia, Senhor Presidente, um curso que já atravessa cinquenta dias em greve e, por incrível que pareça, neste Brasil, não estão reclamando pelo preço exorbitante - e bom que se diga da mensalidade ou semestralidade -, a reclamação é pela falta de competência daqueles que estão ministrando ensino hoje no curso de Fonoaudiologia.

Pelas informações, Senhores Deputados, que pudemos apurar, a Reitoria da Universidade Católica do Paraná tem se recusado a todo instante ao diálogo franco, ao diálogo aberto, ao entendimento com os alunos e com os senhores pais.

O Deputado Adhail Sprenger Passos, futuro vice-Prefeito de Curitiba, solicitou uma audiência com a Reitoria e não foi atendido.

Sabemos que a Velha República da falecida ARENA e hoje PDS acabou com o ensino público neste País. Montou a indústria do ensino pago neste País; afastou as camadas mais pobres da população da escola. Mas estamos aguardando também na atualidade que a Nova República possa assumir com toda a força necessária possível a transformação do ensino neste País.

Sei que a Universidade Católica do Paraná, é uma entidade de ensino privado. Mas, sei também, que existem convênios desta Universidade com o Governo do Estado do Paraná e com o Governo da República.

Pos isso, Senhor Presidente, ao usar da palavra gostaria de fazer um apelo à Presidência desta Casa para que nomeasse uma Comissão e, esta Presidência pudesse marcar uma audiência com a Reitoria da Universidade Católica do Paraná, porque tenho para mim que este Poder não será mais desrespeitado como foram os alunos que aqui se encontram nesta tarde; não serão também desrespeitados os pais de alunos que têm a todo instante procurado conversar com a Reitoria da UCP.

Aliás, há dias atrás, estranhamente, tivemos a nota triste de um cidadão chamado Ari de Cristian, Coronel médico, que teve um diálogo muito aberto e muito frio com os estudantes da Universidade metendo um jato de água na cabeça de

alunos que lá se encontravam.

Aliás, a demonstração que nos dá a Reitoria é que a capacidade de diálogo hoje na Universidade Católica do Paraná se mede pelo comprimento da mangueira d'água ou pela força do jato desta mesma água.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, volto a reiterar e volto a insistir, vivemos um novo tempo neste Brasil, com muitos erros é bem verdade, acumulados ao longo de vinte e um anos de ditadura militar imposta a este País, solicito a Vossa Excelência que marque uma audiência com a Reitoria da UCP, que convide as lideranças de bancada para que possam indicar um representante de cada partido que se faz presente neste plenário e que este Poder possa ser recebido para que a educação na UCP e mais precisamente hoje, no curso Fonoaudiologia não sofra solução de continuidade.

É o nosso apelo para que este País, na realidade, seja entregue nas mãos dos brasileiros e esteja nas mãos desta juventude que sem dúvida alguma, para não repetir um velho chavão, é a esperança de um Brasil grande.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgard Pimentel, terceiro orador inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Esta Casa hoje se sente honrada em aqui receber universitários, acadêmicos da Universidade Católica do Paraná, da área de Fonoaudiologia. Estes jovens que vieram aqui acompanhados pelos pais que compõem a comissão criada com o propósito de estabelecer entendimento com a Reitoria daquele educandário objetivando-se chegar a um denominador comum que possa efetivamente corrigir o impasse gerado pela greve em que se encontra o curso de Fonoaudiologia da Universidade Católica do Paraná.

Acompanhamos, Sr. Presidente e nobres Senhores Deputados, com o maior interesse a chegada a um denominador comum para a solução do impasse gerado, uma vez que somos pai de uma aluna que cursa na UCP o curso de Fonoaudiologia e, como pai nós sentimos como é difícil, quando a dificuldade é gerada, quando uma situação dessa é criada. E digo mesmo, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, que acompanhando ao longo dos sessenta dias em que foi deflagrada a greve, somos testemunhas que todos os acadêmicos, alunos de Fonoaudiologia da Faculdade Católica, antes de entrarem em greve, procuraram de todas as formas estabelecer contato com a Reitoria daquele educandário, que se mostrou, diante dos apelos desses jovens, surda e muda, fazendo que os jovens que buscavam diálogo, passassem a exercer sempre um monólogo, tentou-se posteriormente criar-se uma comissão de pais, que também não foi ouvida pela Reitoria da Universidade Católica.

Se nós estamos pregando uma democracia, que também alcance os nossos educandários de nível superior, é evidente que respeitamos as regras do jogo, é evidente que respeitamos o regimento interno do educandário, não queremos, nem pais, nem alunos, criar outra situação senão a de ser viabilizada a condução do curso para o qual os nossos filhos se sentem vocacionados.

E o que se pretende, efetivamente, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, os pais que aqui estão, os acadêmicos que aqui estão, o que eles buscam, é que a Universidade

Católica do Paraná, seja sensível ao apelo desses jovens que outra coisa não querem, senão o curso profícuo e fecundo, que qualifique-os para o exercício da atividade de fonoaudiólogos.

O que se pretende, não é anarquizar, como muitos dizem com a hierarquia que dirige a Universidade Católica do Paraná.

Nós pais, os alunos, nossos filhos, queremos o diálogo que nos é negado, por aquele tradicional educandário. Estamos aqui recebendo os jovens acadêmicos no sentido de fazer coro ao apelo, que todos fazem para que o curso de Fonoaudiologia, possa seguir normalmente a sua trajetória.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós acolhemos os jovens e os pais que hoje estão nesta Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Pereira, quarto orador inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho falar aqui, sobre a COLSAN e uma atitude insana tomada por alguns funcionários da Secretaria da Saúde, mas quero antes me congratular, com a firmeza do movimento das fonoaudiólogas da Universidade Católica, e repudiar a atitude ridícula do Coronel bombeiro da Universidade Católica.

Sr. Presidente, estava no Mato Grosso, quando li no "Estado de São Paulo" uma notícia em que dizia o título "Doadores de Sangue Tinham Mal de Chagas" e por esta notícia, fui levado a acreditar que a COLSAN do Paraná havia sido fechada pela Secretaria da Saúde, porque o sangue que ela coletava e distribuía aos hospitais estava contaminado.

Não recebi lá no Mato Grosso, os jornais do Paraná, mas quando aqui cheguei, verifiquei que no dia 20 de julho, algum funcionário irresponsável da Secretaria da Saúde, levou a imprensa a publicar inverdades saídas de dentro da Secretaria da Saúde, como a manchete de primeira página do "Correio de Notícias" em que com fotografia se anunciava o fechamento da COLSAN, dizendo, inclusive, que o quadro de irregularidades da COLSAN poderia configurar um quadro criminal.

Na realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a COLSAN é uma entidade pública, beneficente, que, há vinte e dois anos, sem remuneração alguma a seus diretores, coleta sangue e distribui aos hospitais e à estrutura médica do Estado, e foi interdita às 17,55 hrs. do dia 17 de julho, sob alegações oficiais da Secretaria, que não constavam doença de chagas, mas alguém de dentro da Secretaria de Saúde passou esta inverdade à imprensa e depois de lacrada a COLSAN, feitos os exames em todas as amostras de sangue consta que nenhuma dessas amostras verificou-se sífilis, hepatite e nem doença de chagas!

Portanto era uma mentira, uma difamação que se jogava na opinião pública contra uma instituição que há vinte e dois anos trabalha para o Paraná e para Curitiba!

Venho à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apelar ao Sr. Secretário, Dr. Cordoni, que puna, que investigue, qual o responsável por transmitir inverdades à imprensa, qual o mentiroso da Secretaria da Saúde,

responsável por esta afirmação, que investigue e puna com severidade, porque nós não podemos aceitar, de braços cruzados, que funcionários irresponsáveis venham denegrir o trabalho de vinte e dois anos de pessoas bem intencionadas, que, gratuitamente colocam a serviço de Curitiba, do povo de Curitiba, e que possa um irresponsável desses manchar a reputação da instituição e de seus diretores.

Portanto, o meu apelo ao Sr. Secretário da Saúde, Dr. Cordoni, homem responsável, que haverá de investigar e punir esta "criança" que no Poder Público está prestando um desserviço ao Governo e à população de Curitiba.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso, quinto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, preliminarmente quero associar-se aos que se preocupam com a situação do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Católica do Paraná.

Faço votos que se encontre, com a maior brevidade, uma solução para o problema que adquire, já, uma intensidade prejudicial à normalidade da vida universitária e social da nossa Curitiba.

Esta Casa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é honrada, com a presença, neste plenário, com a presença do Reverendo Emmit Eugene Young, coordenador do movimento de liderança cristã, na América Latina.

O ilustre visitante participou, há pouco do costumeiro almoço semanal do grupo parlamentar do referido movimento, nesta sede do Poder Legislativo. Na oportunidade, trouxe-nos notáveis palavras de incentivo e ressaltou a importância da ação reconciliadora de todos os que adotam os ensinamentos cristãos. Lembrou, também, o tempo em que viveu em Curitiba, quando contribuiu com o grupo parlamentar que funcionou com o entusiasmo dos então Deputados Igo Losso, hoje presente neste plenário também, e Antônio Lopes Jr., de saudosa memória. Daqui, transferiu seu domicílio a Brasília, onde, por nove anos, colaborou com Grupo Parlamentar do Movimento de Liderança Cristã, sediado no Edifício do Congresso Nacional, e que também se reúne todas as semanas, para meditar sobre importantes pontos das Sagradas Escrituras.

Atualmente o Reverendo Emmit Eugene Young, reside no Estado de Georgia, Estados Unidos da América do Norte, aceitando sugestões de integrantes do Movimento Parlamentar Brasileiro. Ali tem agido junto a congressistas, no sentido de concientizá-los sobre a necessidade de um relacionamento dentro dos padrões do cristianismo, na busca de soluções que minimizem ou solucionem os problemas sociais, econômicos da América Latina.

Nos contatos que tem feito durante suas viagens aos Países da América Central e da América do Sul, o nosso ilustre visitante, de forma especial, tem contribuído para o aprimoramento espiritual cristão, seja estimulado os integrantes dos grupos de Liderança, seja no encorajamento de todos aqueles que se dispõem a estudar, interpretar e testemunhar os ensinamentos das Escrituras em suas vidas pessoais e profissionais.

Com júbilo, saudamos o Revdo. Emmit Eugene Young, desejando que sua estada no Paraná, seja uma feliz etapa de sua experiência que vive na viagem que faz pelo Brasil e por outros Países da América do Sul.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Odeni Mongruel, sexto orador inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Inicialmente, quero externar os votos de boas-vindas a esta Casa, de acadêmicos do curso de Fonoaudiologia da Universidade Católica do Paraná. Estendo meus cumprimentos a familiares desses acadêmicos que aqui se encontram.

Sou homem universitário, afeito às atividades do ensino superior no Estado do Paraná. Respeito a atitude de greve, porque sou um homem democrático, e a entendo como válida, quanto todas as possibilidades de diálogo estão esgotadas.

Lá se vão sessenta dias de greve em que estudantes e professores do referido curso da Universidade Católica não conseguiram encontrar um denominador comum para essa crise que se acentua a cada dia.

Porém, em respeito aos ilustres visitantes, ousou sugerir que voltem à sua instituição de ensino superior, que não é de alguns, a Universidade Católica é de todos. É do Paraná e é deste País.

Não vejo solução para este impasse que não esteja ela consagrada nos diplomas maiores dessa nobre instituição de ensino superior.

O estatuto da Universidade e o Regimento Geral, com certeza, ditam o tratamento adequado para o impasse ora apresentado. Não acredito em solução que não seja encontrada pela própria comunidade universitária.

Porque um País que vive as situações difíceis com as nossas, quando a comunidade universitária, dentro da sua condição intra-muros não resolve o problema do relacionamento professores - estudantes, isto sim é um mal sinal.

Coloco aqui a minha confiança, a certeza de que não serão os estudantes da comunidade universitária, alvos, presas fáceis ao proselitismo político. Tenho absoluta consciência que estudantes e professores universitários compõem o padrão de elite que nós tanto necessitamos para redimir este País.

Conheço o Reitor da Universidade Católica do Paraná, o Brasil o reconhece e o admira. O Reitor Osvaldo Arnes, é um homem altamente qualificado e afeito ao diálogo. Não tenho qualquer dúvida de que este problema será solucionado pelos Srs. que nos visitam e pelos professores da Universidade Católica do Paraná. Universidade antes de tudo, mais do que as belas instalações físicas, mais do que as bibliotecas repletas, mais do que os laboratórios equipados, é antes de tudo, o diálogo fraternal e respeitoso entre estudantes e professores. E queira Deus, que dentre de poucos dias, contando apenas com os meios próprios da Universidade Católica do Paraná, este problema seja solucionado. Se tal não ocorrer, ainda assim, o estatuto e o regimento geral ditam o tratamento adequado para casos desta natureza.

A inspeção do ensino superior junto ao órgão competente do Ministério da Educação e Cultura, e o Conselho de Educação competente, são os dois organismos próprios, definidos em Lei, de sociedade politicamente organizada, juridicamente organizada, para solucionar empasses desta natureza.

Nós aqui, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sempre estivemos, estamos e estaremos à disposição dos Senhores, mas tenho a absoluta convicção, que a não ser de fato de recebê-los agradavelmente na tarde de hoje,

nada mais poderemos oferecer, que não destacar as qualidades pessoais intrínsecas de cada um dos Senhores e por extensão, do grupo de estudantes hora envolvidos no referido empasso.

Voltem à Universidade Católica do Paraná, e com os seus meios, num apelo de justiça, e com a ordem e a disciplina, tenho a absoluta convicção de que este problema será solucionado, para a felicidade de todos vocês que nos visitam na tarde de hoje.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno

Expediente, passa-se ao Grande Expediente. Antes, porém, a Mesa registra, com satisfação, a presença dos alunos de Fonoaudiologia da Universidade Católica de Curitiba, e quer manifestar a sua solidariedade às reivindicações por eles pleiteadas. E ainda registra com satisfação a presença do Reverendo Eminentíssimo Eugene Young, Coordenador da Liderança Cristã para a América Latina.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Faço nesta tarde um relato resumido, da viagem realizada no período de 11 de julho à 5 de agosto à República da Nicarágua e à República de Cuba.

Viagem esta, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, feita na condição de convidado oficial do governo sandinista da Nicarágua para participar das solenidades da comemoração do 6º Aniversário da Revolução Sandinista. E de convidado oficial, também, do Governo da República de Cuba para participar do Encontro sobre a dívida externa da América Latina e do Caribe, realizado em Havana, de 31 de julho à 4 de agosto.

Um esclarecimento necessário, Senhor Presidente, as despesas da viagem e de parte da estadia correram por minha conta, sendo que parte das despesas de estadia foram custeadas pelos governos dos respectivos países aos quais formalmente registro o meu agradecimento, não só por este detalhe, mas especialmente pelos honrosos convites dos Presidentes Daniel Ortega Saavedra e Fidel Castro Ruiz.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: a Nicarágua é hoje um país em reconstrução; são três milhões de habitantes. O lema do Governo e do povo deste país é de que "tudo deve ser feito pela defesa, e pelo aumento da produção econômica".

Praticamente destruído pelas dezenas de anos da ditadura, do descalabro, e do entreguismo somozista derrubado em 19 de julho de 1979, e, que ainda hoje sofre o assédio diário das tropas mercenárias, dos contra-revolucionários, financiados pelo Governo dos Estados Unidos da América, que invade o país pela fronteira Norte, com Honduras, e pela fronteira Sul com Costa Rica, este país, a Nicarágua, recebeu como herança desta ditadura derrubada em 1979, uma situação de profunda crise econômico-social; cito alguns dados: em 1979, Nicarágua exportava 400 milhões de dólares, ao ano, com uma dívida de um bilhão e seiscentos e vinte e seis milhões de dólares.

O Governo derrubado, então em 19 de julho, deixou no Banco Central daquele país, a vultuosa importância de três milhões de dólares. Um país que em 1979 ostentava o percentual de 52% da sua população analfabeta, com uma mortalidade infantil estimada em 200 crianças falecidas com menos de um ano de idade, por cada mil crianças nascidas.

A mortalidade infantil é um dado estimado, já que naquele Governo, durante aquele Governo, durante aquela ditadura jamais se preocupou em estabelecer uma estatística confiável, seja no caso da saúde, da educação, ou de qualquer outro indicador social.

Do ponto de vista habitacional havia um "déficit" de 280 mil moradias. Funcionavam sobre severo regime de coação, 178 Sindicatos de trabalhadores; uma população estudantil de 500 mil pessoas, uma taxa de desemprego de 33%; uma taxa de investimento de zero; um detalhe, para se entender as razões destes indicadores: o ditador Somoza detinha, sozinho, o controle de 40% da economia nicaraguense, incluindo um milhão de hectares, equivalentes a 20% das áreas agrícolas daquele país.

A indústria herdada, estava semidestruída. O país descapitalizado, e somente vinte e duas cooperativas agropecuárias.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: as conquistas da Revolução Sandinista apresentadas nas solenidades deste 6.º Aniversário, que eu honrosamente participei. Já em 1981, a taxa de analfabetismo caiu de 52% para 12%; o desemprego, em 1983, de 33% de 1979 caiu, 18%; se estima hoje que gira em torno de 9%.

Com cinco anos de processo sandinista no Governo, ou seja, em 1985, havia o dobro de estudantes no ensino primário, secundário e terciário, um milhão de estudantes, com uma educação gratuita em todos os níveis. A reforma agrária sendo realizada com a entrega de um milhão de hectares aos camponeses, sendo que numa primeira etapa, a expropriação das terras de Somoza; numa segunda etapa, a chamada de antilatifundiária, das famílias inclusive das elites dominantes no governo anterior, que deixaram de controlar 50% das áreas férteis para deter hoje somente 13%.

E a terceira etapa hoje em franca execução e que somos inclusive testemunhas de alguns dos atos de entrega de títulos que é a fase do cooperativismo.

No dizer do padre Xavier Gorostiaga, um dos dirigentes do governo sandinista, (le - Entre aspas "O importante em todo o processo da reforma agrária sandinista é que ela não foi feita no sentido expropriativo, e sim, no sentido produtivo").

E na minha opinião sintetiza bem o quadro hoje vivido, em termos agrícolas, naquele país.

Existe hoje dois mil Sindicatos, comparados com os 178 existentes até 1979. Sete centrais sindicais. Os gastos com saúde representam hoje seis vezes mais o orçamento com os gastos de saúde de 1979. Desapareceram as enfermidades endêmicas, como poliomielite e malária. Hoje o índice é de zero.

Construiu-se o número de moradias igual ao construído por vinte anos da ditadura somozista. São alguns dados, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que selecionamos entre os muitos que existem para comprovar que hoje o Governo e o povo da Nicarágua vivem um processo de reconstrução nacional, que não se limita ao aspecto econômico e social e cujo projeto da revolução se sintetiza em três grandes linhas de orientação: por uma economia mista, pelo pluralismo político e pelo não alinhamento a qualquer um dos blocos políticos internacionais.

Como exemplo, hoje existem oito partidos políticos com representação parlamentar no Congresso Nacional nicaraguense, aliás, sete.

Participaram das eleições em 4 de novembro de 1984,

sendo que votaram 1.170.102 habitantes daquele país, representando 82% da população, lembrando-se que o voto não é obrigatório e que vivia-se e vive hoje um clima de guerra no País.

Partidos de toda e qualquer composição ideológica, compõem hoje a Assembleia Nacional Popular da República da Nicarágua. Isto tudo acontecendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, numa situação de guerra declarada em várias áreas do País.

Apresento e está à disposição dos interessados, toda uma extensa documentação referente às consequências de uma contra-revolução que hoje acomete, sufoca e acumula mais sofrimento ao povo nicaraguense.

De 1981 a 1985, o número de mortos nessa agressão mercenária estima-se em torno de 2.817 pessoas; feridos e mutilados, de 3.020; seqüestrados, principalmente mulheres e crianças, 2.825; mulheres violadas, 114; crianças órfãs, 6.239; pessoas deslocadas dos seus locais de trabalho, de residência, de moradia, que são os camponeses dessas áreas fronteiriças principalmente, 142.980 pessoas. Mais alguns dados para espelhar a gravidade dessa agressão mercenária que sofre hoje o governo da Nicarágua.

Violações aéreas de 1981 a 1985, desde o território costarriquense, 539; desde o território hondurenho, 220; desde o território dos Estados Unidos da América, diretamente, 447, numa progressão crescente de ano a ano de 1981 a 1985. Violações navais da mesma forma se espelham dados num total de 641 violações navais, nesses 4, 5 anos computados nesse estudo publicado por uma revista internacional.

Alguns dados finais, para espelhar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a gravidade dessa situação:

Ações contra a população civil e objetivos econômicos, ou seja, hoje, a tática das formas contra-revolucionárias mercenárias é de atacar as populações civis e produtivas, principalmente cooperativas, deixando, fugindo ao choque frontal com as forças do Exército Popular Sandinista do Governo da Nicarágua:

Seqüestro da população civil — 232;

Emboscadas a veículos civis e do Estado — 345;

Sabotagens a objetivos econômicos e civis, indústrias, firmas, cooperativas — 640;

Assassinatos a civis — 51;

Ainda nos dias em que estávamos visitando aquele País e é testemunha aqui, o jornal "O NOVO DIÁRIO", foi atacado um barco de passageiros, de visitantes estrangeiros que visitavam o país, com 17 feridos e mortos, numa agressão contra esse barco.

Trago também, a confissão de mercenários pagos pelos dólares americanos, declarações confessando o seu envolvimento não só na guerra que hoje se faz, de agressão, contra o Governo Popular da Nicarágua, mas no caso específico desse mercenário, dessa matéria do jornal "BARRICADA" de 17 de julho de relatando a sua participação, no Amazonas, aqui no Brasil, contratado por latifundiários interessados em dizimar posseiros, na região do Pará!

Fato grave também, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é de que, em que pese o Governo brasileiro ter hoje uma posição, um relacionamento diplomático econômico, positivo em relação ao Governo da Nicarágua, tendo inclusive, aberto crédito no valor de 30 milhões de dólares e que vêm sendo utilizados fundamentalmente, na compra de indústrias nacionais brasileiras de ônibus e caminhões; em que pese o apoio que o Governo brasileiro vem dando nas relações internacionais de política exterior, ao Grupo de Contadora, que defende uma solução negociada e política, aos conflitos, tanto da Nicarágua quanto de El Salvador; em que pese tudo isto, lamentavelmente persiste a venda de armas, aos grupos mercenários de Honduras, é testemunha disto, o jornal "BARRICADA" de 7 de julho de 1985, em que traz a denúncia, e as fotos de granadas utilizadas pelas forças mercenárias, fabricadas no Brasil — cuja publicação

trazemos, para o conhecimento e divulgação, aqui na Assembléia!

Senhor Presidente e Senhores Deputados, durante as solenidades comemorativas do 6.º Aniversário da Revolução Sandinista, dezenas de brasileiros, de outros latino-americanos se fizeram presentes e participaram de todas as solenidades. Os brasileiros residentes na Nicarágua, muitos deles trabalhando na área de Educação e de Saúde, inclusive por parte do próprio Partido dos Trabalhadores, o PT, com a Brigada Internacionalista atuando e contribuindo para a superação das dificuldades daquele país, redigiram, apresentaram e entregaram ao Padre Miguel Descoto, que realizava então uma greve de fome contra os ataques e a invasão iminente, que se acredita por parte direta do governo americano - conforme as ameaças que não é novidade para ninguém -, elaboraram e divulgaram uma carta aberta ao povo e ao Governo brasileiro, que teve uma divulgação razoável na nossa grande imprensa nacional e que, pela sua extensão, são suas páginas, eu me reservo a intenção de solicitar a transcrição nos Anais da Assembléia, para que todos tenham conhecimento.

Apesar disso, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, dessa situação de conflito, de guerra praticamente, o apoio ao governo da Nicarágua, e massivo, como pode ser demonstrado, ser comprovado por esta edição e pelas fotos que documentam o ato central de comemoração do VI Aniversário da Revolução Sandinista. Quinhentas mil pessoas se concentravam na praça central de Manágua, às margens do Lago Manágua, para hipotecar o apoio ao governo e às forças militares de defesa do Governo sandinista.

Quinhentas mil pessoas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, num país de três milhões de habitantes, ou seja, o equivalente hoje no Brasil a uma concentração de vinte milhões de brasileiros na praça pública.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Concretamente, do ponto de vista neste tópico em relação à Nicarágua, trago as proposições de se firmar e celebrar acordos intermunicipais de solidariedade entre o Brasil e a Nicarágua. Concretamente, o município de Cambê, no norte do Paraná, está em entendimentos com o município de Tip-Tapa, na grande Manágua, que tem uma população semelhante, uma vida econômica semelhante, inclusive ao norte do Paraná, para se firmar o primeiro acordo intermunicipal de solidariedade.

Uma segunda proposta, que é um requerimento que submeteremos à apreciação dos integrantes da Assembléia de uma Mensagem ao Presidente José Sarney, solicitando a abertura de novos créditos comerciais com o Governo da Nicarágua e a agilização dos entendimentos, já em curso, de celebração de convênio entre os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social do Governo brasileiro e o Ministério da Saúde do Governo da Nicarágua, com vistas à venda de medicamentos da linha CEME e assistência médico-hospitalar de reabilitação para os mutilados de guerra nicaraguenses, atendimento esse que hoje é feito na República Federal Alemã e que tem as mesmas condições de ser feito por hospitais e por técnicos profissionais brasileiros.

E uma terceira proposta concreta, é que trazemos à Assembléia Legislativa, um apoio intensivo à campanha nacional que se desenvolve por todo o país, já lançada aqui em Curitiba, no Paraná todo pelos comitês de solidariedade, a campanha **NICARÁGUA DEVE SOBREVIVER**.

No que diz respeito à República de Cuba, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que temos a dizer é que se trata de um país que constrói o socialismo. É uma outra realidade, um outro processo político, econômico e social. São dez milhões de habitantes que têm uma situação de vida econômica e social, de cujos dados, sob cuja realidade creio ser desnecessário, aqui, hoje, referir-me a eles. Pois já existem livros editados no País, de autores nacionais, como é o caso do Deputado Fernando Morais que, ainda enquanto jornalista em 1974, foi o

primeiro autor a escrever o livro sobre a realidade cubana, como do autor Inácio de Loyola Brandão, como do autor José Ezcostegui. São livros que trazem com bastante lucidez a realidade vivida hoje pela população de Cuba.

Cito, somente para exemplificar, o elevado nível de vida que se vive naquele país, o índice de mortalidade infantil no ano de 1984, que é de 15 crianças com até um ano de vida falecidas entre 1.000 nascidas. Se formos comparar com o índice brasileiro que gira em torno de 75, há já uma possibilidade de estimativa do que representa esse índice de 15 quando os países industrializados têm hoje índices girando de 9 a 16, 17.

Gostaria de me deter um pouco mais, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no que diz respeito a nossa viagem à República de Cuba, ao Encontro Continental sobre a Dívida Externa da América Latina e do Caribe. Participaram desse Encontro, promovido pelo Governo de Cuba, 1500 pessoas, representando as igrejas, os partidos políticos, bancadas parlamentares, maçonaria, setores empresariais, configurando, portanto, na palavra de inúmeros latino-americanos que têm já por tradição um estreito relacionamento entre os dois Países de língua espanhola, que não é a realidade nossa brasileira que temos uma tradição de viver de costas para os países de língua espanhola, embora a nossa realidade econômica, social, tenha muito em comum, mas configurando, portanto, esse colegiado o mais amplo, democrático e pluralista dos encontros já ocorridos na América Latina para se discutir um assunto comum como foi da dívida externa.

Do Brasil participaram 84 pessoas, desde representação parlamentar como o Senador Severo Gomes, Deputados Federais de vários Estados, presidentes de partidos políticos, como do PT, Luís Inácio da Silva, "Lula", como do PCB, Giocondo Dias, como representante do PDT, do PMDB, do PDS, enfim, uma representação também brasileira à altura da representação dos demais países.

Teve profunda repercussão a Mensagem dirigida ao Presidente Fidel Castro por parte do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo Metropolitano de São Paulo, que, tendo sido convidado, enviou o seu representante portador desta mensagem, cuja leitura reservo-me pelo tempo e que peço a transcrição nos Anais da Casa para o conhecimento dos interessados em que se posiciona favoravelmente à proposta de não pagamento da dívida externa nas condições em que hoje ela está estabelecida para o conjunto dos países latino-americanos e do 3.º Mundo defendendo a necessidade de uma negociação coletiva, em bloco, como aliás defendida ontem também pelo Presidente Sarney na sua visita ao Uruguai, mas defendendo uma negociação coletiva, em bloco, dos países latino-americanos e do Caribe com os países centrais e os credores internacionais. Peço a sua transcrição.

Também de destaque foi o texto intitulado "O Compromisso de Havana", assinado por todos os 84 integrantes da delegação brasileira, de todos os partidos políticos, de igrejas, sindicatos, movimentos estudantis que, por uma felicidade e um sentido de unidade conseguido à custa de muita discussão, de muito empenho, mas se conseguiu ter a proposta da delegação brasileira para o problema da dívida externa, cuja leitura também lamentavelmente pelo tempo eu me abstenho e peço a transcrição nos Anais da Casa para o conhecimento dos interessados.

Por último como também documento importante ao qual peço transcrição e registro da aprovação da Ata de Havana pelo encontro sindical latino-americano sobre a dívida externa no qual se aprovou a data do próximo dia 23 de outubro como dia de Ação Continental contra a dívida externa e seus catastróficos efeitos sobre a vida econômica e social do nosso País.

Concretamente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, no que diz respeito a esta minha viagem à República de Cuba, trago aqui as minhas propostas de encaminhamento.

Primeira, que estou providenciando por estes dias. Primei-

ro, a Mensagem ao Presidente Sarney, solicitando o imediato reatamento de relações diplomáticas com o Governo de Cuba superando a absurda situação de se ter hoje relações culturais, econômicas e comerciais e não se têm as relações diplomáticas.

Segundo, um projeto de resolução que apresentarei a esta Casa contando desde já com a simpatia dos integrantes da Assembleia criando o primeiro grupo interparlamentar de amizade Brasil-Cuba, entre o Estado do Paraná, através da Assembleia Legislativa e a Província de Matanzas, através da sua Assembleia Provincial. Que foi nesta Assembleia que iniciou em 1974 o processo eleitoral Cubano que hoje abrange a todo país com todo um elenco de representações parlamentares a nível de Município, Estado e Nação, distimificando, portanto, toda a propaganda de partido único já que 40 por cento hoje de Deputados da Assembleia Nacional Cubana hoje não pertencem ao Partido Comunista Cubano, por exemplo.

São estas duas propostas no que diz respeito a esta minha viagem a Cuba, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que eu submeto à apreciação durante estes próximos dias dos nobres integrantes da Assembleia do Paraná tenho certeza no que diz respeito a um apoio - aumento - do crédito comercial no relacionamento econômico com o Governo da Nicarágua, no que diz respeito ao apoio de solidariedade da campanha "Nicarágua deve sobreviver".

E também no relacionamento uma solicitação ao Presidente Sarney que urgencie os estudos e as providências restabelecendo as relações diplomáticas com o Governo de Cuba e com a aprovação de um projeto de resolução aqui na Assembleia Legislativa do Paraná estabelecendo um primeiro Grupo Interparlamentar de Amizade entre a Província de Matansa e o Estado do Paraná para que se possa com mais conhecimento através, inclusive, de delegações dirigidas a um e outro país superar esse fosso que se estabeleceu nestes anos todos do Brasil não se integrar à realidade econômica, social e política latino-americana e superando este obstáculo fazer parte, como é vontade da maioria da população brasileira e dos demais povos latino-americanos desta nossa participação.

Agradeço a atenção. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(Anexos os documentos 1, 2, 3 e 4, cuja transcrição foi solicitada pelo Deputado Márcio Almeida).

CARTA ABERTA AO POVO E AO GOVERNO BRASILEIRO

Na oportunidade em que Nicarágua comemora o 6º Aniversário do seu triunfo revolucionário, e diante da grave situação centro-americana, que de maneira acelerada evolui a um conflito bélico de maior intensidade, nós, brasileiros abaixo-assinados, testemunhas e partícipes da luta que o povo nicaraguense trava em defesa de seu projeto e de sua soberania pátria, nos dirigimos ao povo e ao governo brasileiro para tornar público o seguinte manifesto:

A história dos países centro-americanos é uma sequência de miséria e ditaduras sanguinárias que oprimem e massacram o povo, como em 1932, em El Salvador, com o assassinato de trinta mil camponeses. Mas, é também uma história de lutas libertárias. Nicarágua, no início do século, foi invadida por tropas estado-unidenses. Em 1927, suas cidades foram alvo de bombardeios aéreos pela aviação norte-americana. Sua soberania foi reconquistada graças ao heroísmo patriótico de operários e camponeses que liderados por Augusto C. Sandino derrotaram e expulsaram o invasor norte-americano em 1933.

Em 1934, Augusto Sandino é assassinado por Somoza, representante da oligarquia local e defensor dos interesses dos Estados Unidos, fundador da dinastia que por quarenta anos afogou em sangue os desejos libertários de seu povo.

Em 1979, o povo liderado pela Frente Sandinista de Li-

bertação Nacional derruba a ditadura somozista e inicia a árdua tarefa de reconstrução do país, descapitalizado e semi-destruído pelas sucessivas guerras, segundo seu projeto histórico.

Nesses seis anos, constatamos a concretização desse projeto, através da saúde, educação, levados a todos os rincões do país, de uma autêntica reforma agrária e de um modelo econômico que se marca nos interesses do povo trabalhador. Esses avanços sociais, são prejudicados pelo bloqueio econômico e pela agressão militar, componentes da política norte-americana que tem por objetivo a destruição da revolução nicaraguense.

Persistindo essa atitude guerrillerista do Governo norte-americano, toda América Central se encaminhará a um incêndio bélico de incalculáveis proporções e imprevisíveis consequências para todo o continente latino-americano.

Neste contexto de agressão econômica e militar, urge a Unidade Latino-americana na resolução da crise regional, cujas consequências irão fatalmente além das fronteiras centro-americanas. O Brasil é parte integrante dessa realidade e tem uma grande responsabilidade em forjar os mecanismos para a conquista da paz.

Por todo o exposto, pedimos ao povo brasileiro que participe ativamente na solidariedade, no apoio político e material à luta heróica do povo nicaraguense, reforçando a campanha mundial "Nicarágua Deve Sobreviver".

Exigimos ao governo brasileiro que atue coerentemente na solução dessa crise, apoiando decididamente os esforços de paz do grupo Contadora e suspendendo a venda de armas a Honduras.

Exigimos também a definitiva integração do Brasil na luta comum da América Latina, negociando conjuntamente a dívida externa e reatando, de maneira imediata, as relações diplomáticas com Cuba.

CONTRA A INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA EM AMÉRICA CENTRAL!

PELA IMEDIATA SUSPENSÃO DA VENDA DE ARMAS DO BRASIL A HONDURAS!

PELA UNIDADE LATINO-AMERICANA!

PELO APOIO AO GRUPO CONTADORA!

VIVA NICARÁGUA VITORIOSA!

"NICARAGUA VICTORIOSA, NI SI VENDE NI SI RENDE!"

**CARTA ABERTA AO POVO
E AO GOVERNO BRASILEIRO**

Assinaturas:

GEORGE ALENCAR DE F. SOUZA — Jornalista - PT

MARCELO WILLER — Arquiteto — PT

VERA BORNSTEIN — Assistente Social — PT

LUCIA PIRES KUBITSCHKE — Economista — PT

MARIA DO CARMO W. DE PAIVA — Professora de Ed. Fis.

MARIA A. DE JESUS — Religiosa - "Irmãzinhas de Jesus"

IACI SANTIN — Engenheira Agrônoma — PMDB

LÚCIA DE FÁTIMA A. SANTOS — Médica — PT

MARIA DIVA DE FARIA — PT

MÁRCIA CRUZ PIVA — Periodista — PT

JÚLIO CÉSAR WARDI — Médico — PT

THEMIS PORTO — Adm. Empresas — PMDB

ELIANE QUINA — Enfermeira — PT

M. PIVA — Periodista — PT

MARIA BERNADETTE ENTRATICE — Geógrafa — PT

SARA R. COELHO – Enfermeira – PT

SÉRGIO CARVALHO – Médico – PT

H. RABELO – Enfermeiro – PT

LUCÉLIA SANTOS – Atriz – PT - Coletivo Verde

JOHN NESCHLING – Maestro – PT Coletivo Verde

INÁCIO DA SILVA – Agente Pastoral

MÁRCIO ALMEIDA – Deputado – PMDB

CARLOS CONDE – Jornalista

SÉRGIO ALMENDRA – PDT

Sensibilizado com o convite recebido para participar dessa análise conjunta sobre a dívida externa da América Latina e do Caribe no contexto da crise econômica internacional, e impossibilitado de comparecer devido a inúmeras tarefas, venho manifestar meus votos de que a reunião seja especialmente proveitosa para a grande maioria de pobres que habita os nossos países,

A luz do Evangelho de Cristo, da doutrina social da Igreja e das manifestações do Papa João Paulo II, quero especificar alguns pontos básicos que me parecem fundamentais no que concerne ao tema em debate:

1. Não há possibilidade real de o povo latino-americano e caribenho arcar com o peso do pagamento das dívidas colossais contraídas por nossos Governos. Nem mesmo é viável continuar pagando os altos juros às custas do sacrifício de nosso desenvolvimento e bem-estar;

2. A questão da dívida, antes de ser financeira, é fundamentalmente política e, como tal, deve ser encarada. O que está em jogo não são as contas dos credores internacionais, mas a vida de milhões de pessoas que não podem sofrer a permanente ameaça de medidas recessivas e do desemprego que traz a miséria e a morte;

3. Os direitos humanos exigem que todos os homens de boa vontade do Continente do Caribe, todos os setores responsáveis, unam-se na busca urgente de uma solução realista para a questão da dívida externa, de modo a preservar a soberania de nossas nações e Governos não só com os credores, mas sim, com os povos que representam;

4. A defesa intransigente do princípio de autodeterminação de nossos povos, requer o fim da interferência de organismos internacionais na administração financeira de nossas nações. E sendo o Governo coisa pública, todos os documentos firmados com tais organismos, deve ser de imediato conhecimento da opinião pública;

5. É urgente o estabelecimento de bases concretas de uma Nova Ordem Econômica Internacional, na qual sejam suprimidas as relações desiguais entre países ricos e pobres, e assegurada ao Terceiro Mundo o direito inalienável de reger seu próprio destino, livre da ingerência imperialista e de medidas espoliativas nas relações de comércio internacional.

Confiante no êxito deste importante evento, rogo a Deus que infunda em nossos corações a bem-aventurança da fome e da sede de Justiça, a fim de sermos sempre fiéis às aspirações libertadoras de nossos povos.

Acolham minha saudação fraterna.

São Paulo, 26 de julho de 1985.

(a) PAULO EVARISTO, CARDEAL ARNS

Arcebispo Metropolitano de São Paulo - BRASIL "

"Excelentíssimo Senhor Fidel Castro

DD. Presidente do Conselho de Estado e do Governo Cubano

Prezados Senhores.

COMPROMISSO DE LA HABANA:

"Nosotros, participantes brasileños en el encuentro sobre la deuda externa realizado en la Habana del 30 de julio hasta el 13 de agosto de 1985, acordamos la siguiente declaración. Este encuentro constituye un acontecimiento fundamental para el avance en la solución del problema más grave que enfrentan los países del Tercer Mundo. La presencia masiva de representantes del continente - delegados de gobierno, ex jefes de Estado, dirigentes políticos de las principales fuerzas partidistas y de organizaciones de masas, religiosos, empresarios, intelectuales y personalidades latinoamericanas -, expresando las más diversas tendencias ideológicas, en una demostración clara de pluralismo y de amplia participación, garantizan al encuentro un lugar decisivo en la solución del problema de la deuda externa.

"Consideramos absurda y anormal la inexistencia de relaciones diplomáticas, comerciales y culturales, entre los gobiernos de Brasil y de Cuba" (APLAUSOS).

"Aprovechamos esta oportunidad para pronunciar nos por el inmediato restablecimiento de relaciones entre los países (APLAUSOS).

"A pesar de todas esas dificultades una amplia delegación representativa de la casi totalidad del espectro político brasileño asistió a este encuentro, evidenciando una vez más que no existe obstáculo capaz de separar a los pueblos, cuando los problemas que los afectan tienen las mismas causas y sus destinos imponen una marcha conjunta para su solución. Significa al mismo tiempo, un paso más en la integración efectiva del Brasil en el continente latinoamericano, con el cual comparte la historia, los problemas y el destino.

"Dentro de la pluralidad de fuerzas presentes, la delegación brasileña comprobó la existencia de un amplio consenso que se expresa en los siguientes puntos:

"La deuda externa brasileña fue contraída al margen de nuestro pueblo, y el volumen acumulado constituye hoy día, solamente en lo que se refiere al pago de intereses, una hipoteca insoportable debido a su inmenso costo social que amenaza, incluso, al proceso de redemocratización del país. Se trata, por lo tanto, de un problema político, que no puede ser reducido a sus dimensiones económicas.

"La condiciones impuestas por el FMI a los países deudores son inaceptables, porque descargan sobre ellos todo el peso de la crisis internacional, determinando la ruptura de la estructura, de sus economías obligadas a pagar tasas de intereses exorbitantes. Fuimos transformados en exportadores de capitales, y ya hemos pagando mucho más de lo que nos fue prestado.

"Por tanto, es imperativo cuestionar la naturaleza y la modalidad de la deuda externa, porque en si misma significa la alineación de la soberanía nacional, la imposibilidad de reanudar el crecimiento. El em pobrecimiento creciente del pueblo con todas sus consecuencias sociales y políticas. En esta perspectiva se debe estancar inmediatamente la transferencia de recursos reales para el exterior.

"Solamente la coordinación y la articulación de los deudores de América Latina y de todo el Tercer Mundo, basadas en una posición común, permitirán la defensa contra la represalia de los acreedores y de los organismos internacionales a su servicio.

"Esa coordinación hará posible una creciente y más que nunca impostergable integración de nuestras economías y la transformación del actual Orden Económico Internacional — en las esferas monetarias de cambio, comercial y tecnológico — un Nuevo Orden basado en la paz, en la colaboración y en el intercambio justo entre todos los países.

"Es necesario un gigantesco esfuerzo por parte de todas las organizaciones partidistas, sindicales y populares para la movilización y concientización y organización del pueblo sobre el tema de la deuda externa, sacándola del ámbito exclusivo de los banqueros y de los gobiernos para hacerlo pasar a la manos de los que realmente construyen el quehacer cotidiano da América Latina.

"Dentro del espíritu pluralista que ha caracterizado ese encuentro, manifestamos nuestra disposición de construir en Brasil, en cada una de nuestra áreas de trabajo — parlamentos, partidos, iglesias, movimientos sindicales urbanos y rurales, universidades, entidades representativas de la sociedad, barrios y su periferia — una fuerte conciencia nacional, sobre la imposibilidad definitiva de someter a nuestros pueblos a condiciones sociales y económicas cada vez peores, para pagar la deuda externa.

"Asumimos el compromiso público de hacer todos los esfuerzos posibles para fortalecer y viabilizar la celebración el día 23 de octubre de un día continental de lucha contra la deuda externa. (APLAUSOS), así como la de difundir de la forma más amplia posible los objetivos básicos de este encuentro. De igual forma trabajaremos para una efectiva coordinación latinoamericana en la lucha continental contra la deuda externa."

Esta es la nora conjunta de toda la delegación brasileña integrada por todos los partidos que existen en mi país. (APLAUSOS).

"ACTA DE LA HABANA

En la Ciudad de La Habana, del 15 al 18 de julio de 1985, se reunió la Conferencia Sindical de los Trabajadores de América Latina y el Caribe sobre la Deuda Externa.

Esta Conferencia contó con la presencia de dirigentes de 46 centrales o confederaciones sindicales nacionales, 135 organismos sindicales profesionales o territoriales, 16 organizaciones campesinas, así como 9 organizaciones y organismos regionales e internacionales. En total, participaron en la Conferencia 330 sindicalistas, pertenecientes a 197 organizaciones, y procedentes de 29 países de América Latina y el Caribe.

Resultó unánime el criterio de que esta Conferencia constituyó el evento más amplio, unitario y representativo realizado por el movimiento sindical organizado de América Latina y el Caribe.

De igual forma, los dirigentes sindicales y campesinos presentes subrayaron el carácter oportuno y necesario de esta reunión, que tuvo lugar en un momento crucial para la independencia política y económica, e para el porvenir de los pueblos de la región.

Los participantes se refirieron a la extrema gravedad de la crisis económica actual, cuya agudización afecta a la América Latina y el Caribe, y coloca a los países del área en una situación aún peor que la experimentada durante la época de la llamada Gran Depresión de los años 30. El producto interno

bruto a nivel latinoamericano creció sólo 1.7 % en 1981, descendió en términos absolutos en 1982 y 1983, a niveles de -1% y -3% respectivamente y creció un débil e insuficiente 2.6% en 1984. Esto ha significado que, en términos de producto interno bruto por habitante, América Latina y el Caribe han descendido a los niveles que tenían unos 10 años atrás.

Numerosos participantes hicieron énfasis en la trágica situación económica y social que padecen los pueblos latinoamericanos sumidos en la crisis, principalmente los trabajadores de la ciudad y del campo, víctimas del desempleo, el deterioro de los niveles de vida y el aumento alarmante de la pobreza extrema, e hicieron referencia a los cambios estructurales internos que requieren la solución definitiva de estos problemas.

Se destacó al respecto que en América Latina y el Caribe existen unos 56 millones de desempleados totales y unos 110 millones de desempleados, si se considera el subempleo. No menos del 40% de la población latino americana vive en los límites inferiores de la pobreza crítica y unos 30% por debajo de esos límites.

La totalidad de los participantes puso de relieve que la deuda externa es la manifestación más dramática de la actual crisis, así como el más importante factor que no sólo tiende a profundizarla, sino que impide la recuperación económica, bloquea toda posibilidad de desarrollo, somete a nuestros pueblos y en especial a los trabajadores a insoportables políticas restrictivas de sus niveles de vida y compromete nuestra soberanía al profundizar la dependencia respecto a los bancos acreedores, al FMI y a los gobiernos de los países industrializados que controlan las decisiones en este organismo.

Los participantes analizaron los elementos más importantes del proceso de rápido endeudamiento latinoamericano y las causas que lo explican. Señalaron que esas causas se encuentran

en los principios del funcionamiento del actual e injusto orden económico internacional, en especial al intercambio desigual que nos obliga a vender cada vez más barato y comprar cada vez más caro, y que sólo en 1984, representó pérdidas por unos 20 mil millones de dólares; el proteccionismo y la práctica del dumping basados en la egoísta política de subsidios a productos que no pondrían competir en los mercados y contradicen las hipócritas adhesiones retóricas al libre comercio que frecuentemente hacen los Gobiernos del Estados Unidos y de la Comunidad Económica Europea. Los efectos combinados de las altas tasas de interese y de la sobrevaloración del dólar, que han representado un costo adicional de 45 mil millones de dólares anuales para las economías de la región al aumentar los pagos por intereses, provocan el crecimiento de la fuga de capitales — que alcanza en el mismo período más de 10 mil millones de dólares —, el costo de las amortizaciones en dólares y agravan la inflación.

También se destacó por los participantes la irresponsabilidad de la banca acreedora que en la competencia por colocar sus capitales en forma de préstamos, pasaron por encima de las normas de seguridad bancaria e indujeron a los países de la región a contraer deudas para sostener las cuantiosas ganancias que dicha banca ha obtenido y continúa obteniendo.

Se manifestó también unanimidad en cuanto a la condena a la política y los principios de actuación del FMI, institución que refleja los intereses de la banca acreedora y de los gobier-

nos que lo crearon y lo controlan. El FMI, con su rígido enfoque monetarista, que sólo atiente al comportamiento de las variables monetarias y del equilibrio fiscal, en tanto muestra total indiferencia por las duras realidades sociales de América Latina y el Caribe, el desempleo y el empobrecimiento de los trabajadores, está desempeñando un funesto papel. Ha demostrado ser el gendarme al cuidado de los beneficios de los bancos y la institución que tiene la misión de ejercer no sólo la supervisión, sino también, la represión económica sobre los países latinoamericanos.

Los participantes coincidieron en calificar como falsas soluciones del problema de la deuda las continuas renegociaciones que, a un alto costo y bajo las ominosas condiciones impuestas por el FMI, sólo sirven para prolongar la agonía y reforzar la dependencia y el sometimiento de nuestros países.

La crisis de la deuda, apuntaron, es como dogal asfixiante en torno al cuello de los pueblos y a los trabajadores latinoamericanos y caribeños. Apretarlo más equivale a la muerte. La única alternativa es encarar con firmeza, dignidad, unidad y solidaridad este desafío a que nos enfrentamos.

La gran mayoría de los participantes se pronunció porque la deuda externa sea anulada. Otros sindicalistas presentaron variantes de moratoria, suspensión inmediata de pagos, o postergación por un determinado número de años, incluidos los intereses. No obstante todos coincidieron en su carácter impagable.

Esta solución planteada es actualmente condición indispensable para iniciar la recuperación económica y de los niveles de empleo, educación, salud y seguridad social en América Latina y el Caribe, e incluso para aspirar a ejercer una verdadera soberanía sobre nuestros destinos políticos y económicos, a partir de la eliminación de ese instrumento de dependencia y coerción foráneas. Los participantes enfatizaron también, que la anulación, moratoria, suspensión inmediata de pagos, o postergación por un determinado número de años de la deuda y sus intereses es indispensable para la supervivencia de los procesos de apertura democrática en la región y expresaron que, si se pretendiera continuar cobrando a toda costa esa deuda, ocurrirían estallidos sociales generalizados, como consecuencia de la insostenible situación a que han sido llevados los trabajadores y las masas populares.

Ya algunos pueblos de la región, con su heroica resistencia frente a las imposiciones del FMI, han subrayado dramáticamente el agotamiento de estos límites.

También se registró amplia coincidencia sobre la necesidad de vincular indisolublemente la solución planteada al problema de la deuda externa con el establecimiento del Nuevo Orden Económico Internacional, cuyos principios fueron aprobados por la Asamblea General de las Naciones Unidas, en 1974. Los participantes afirmaron que, de no ser eliminados fenómenos de efectos tan negativos para América Latina y el Caribe, como el intercambio desigual, la injusta práctica del proteccionismo que afecta a nuestros países, la acción incontrolada de las empresas transnacionales, las manipulaciones monetarias y financieras que establecen altas tasas de interés y propician la sobrevaloración del dólar, entre otras, en plazo no muy largo, se agotaría el alivio resultante a corto plazo e volveríamos a encontrarnos en similar o peor situación que la actual.

De igual forma, una gran mayoría dio apoyo a la idea acerca del imprescindible ejercicio de las más firme y solidaria unidad latinoamericana para que, junto a las acciones frente a la deuda externa y la lucha por el establecimiento del Nuevo Orden Económico Internacional, avancemos resueltamente hacia la integración económica regional y la utilicemos como un poderoso medio para el desarrollo económico, el fortalecimiento de la capacidad de negociación y la elevación del nivel de vida de los trabajadores y de todos nuestros pueblos.

En correspondencia con lo anterior, la Conferencia estuvo de acuerdo en que los sindicalistas participantes en ella se dirijan a las respectivas organizaciones a que pertenecen, y les propongan movilizar a los trabajadores, y hacer suyas estas tres banderas de lucha:

"Por la anulación, moratoria, suspensión inmediata de pagos, o postergación indefinida de la deuda externa, incluidos los intereses"

"Por el establecimiento del Nuevo Orden Económico Internacional"

"Por la unidad latinoamericana y caribeña. Por el avance hacia formas de integración económica de América Latina y el Caribe, al servicio del desarrollo y la independencia de nuestros países"

Los dirigentes sindicales asistentes coincidieron también plenamente en señalar que, para hacer realidad estos objetivos y frente a la gravedad de la crisis que sufren por igual todos los trabajadores y pueblos de la región, es indispensable que las distintas tendencias y vertientes del movimiento sindical continúen trabajando para hallar una amplia base de acuerdo, de carácter práctico, que nos permita una contribución cada vez más efectiva a la lucha por los derechos de nuestros afiliados y nuestros países, sin menoscabo de nuestras respectivas posiciones, y como expresión del sentido de responsabilidad histórica y el espíritu latinoamericanista y caribeño que a todos nos alienta.

Los participantes en la Conferencia destacaron asimismo, que la carrera armamentista y las políticas de injerencia y agresión agudizan las crisis económicas, repercuten negativamente sobre la deuda externa y sustraen los recursos necesarios al desarrollo. Por lo tanto, subrayaron que la lucha por la disminución de los gastos militares se halla indisolublemente vinculada a la lucha por la paz y al desarrollo de nuestros pueblos.

Estuvieron de acuerdo, unánimemente, en que esta reunión hizo una histórica contribución a ese objetivo al propiciar un diálogo ejemplarmente democrático, respetuoso y en un plano de absoluta igualdad de todas las corrientes del sindicalismo continental, en el que cada dirigente pudo exponer los criterios del movimiento sindical de su país, de su organización, o sus propias opiniones personales, según el caso, en un marco de plena libertad.

La Central de Trabajadores de Cuba, como organización responsabilizada con la preparación del evento, subrayó desde el primer momento que no se pretendía que esta Conferencia condujera a acuerdos de carácter resolutivo. No obstante ello, en el transcurso de la reunión se puso de manifiesto el amplio consenso de los sindicalistas participantes, en el sentido de adoptar recomendaciones de acción y trasladarlas a la consideración de las diferentes organizaciones a que pertenecen los dirigentes

sindicales reunidos en La Habana.

Las proposiciones acordadas, que recogen el sentir de la inmensa mayoría de los participantes, son las siguientes:

1. Proponer al movimiento sindical organizado que exija de los gobiernos de sus respectivos países la adopción de medidas conducentes a la anulación, moratoria, suspensión inmediata de pagos, o postergación por un determinado número de años del pago de la deuda externa y los intereses y la solidaridad con los demás países de América Latina y el Caribe que asuman esta misma posición.
2. Sugerir a las organizaciones obreras que, de acuerdo con las condiciones concretas de cada país, promuevan la incorporación de los gobiernos a un frente unido de países deudores de América Latina y el Caribe, que pueda servir como interlocutor frente a la banca privada, los organismos financieros internacionales y los gobiernos de los países industrializados acreedores.
3. Recomendar que los dirigentes sindicales y campesinos participantes en el encuentro, propongan a las organizaciones a que pertenecen continuar el análisis del problema de la deuda externa con la más amplia participación posible, a fin de tratar de arribar a un criterio común sobre sus causas, sus repercusiones y la estrategia de lucha que se debe seguir frente a esta situación en cada país.
4. Transferir a las organizaciones sindicales y campesinas la sugerencia de que, en la lucha por la solución del problema de la deuda se vinculen estrechamente a otras fuerzas sociales y sus correspondientes organizaciones, como son los estudiantes y jóvenes, intelectuales, empresarios, sectores religiosos, femeninos, pobladores, organismos de defensa de los derechos humanos e instituciones de los profesionales universitarios y educadores.
5. Hacer llegar los resultados de la Conferencia a los jefes de Estado, o Gobierno de los países de América Latina y el Caribe, a la Organización de Naciones Unidas y los organismos económicos globales y regionales que forman parte de su sistema, al SELA, a los gobiernos e instituciones financieras oficiales y privadas de los países acreedores, y a todas aquellas personalidades y organizaciones que se considere oportuno.
6. Efectuar la más amplia divulgación de los resultados de la Conferencia entre los trabajadores y pueblos respectivos, así como la información disponible sobre la crisis económica que sufren los países de nuestra región y sus principales manifestaciones, en primer lugar la deuda externa.
7. Apoyar las próximas acciones unitarias del movimiento sindical latinoamericano y caribeño, que podrían incluir la creación de los mecanismos de coordinación propuestos con fuerza en esta Conferencia por la mayoría de los participantes, a fin de impulsar hacia objetivos superiores la lucha de los trabajadores organizados del continente frente a los problemas que plantea la deuda externa.
8. Convocar a todos los trabajadores y a todas las organizaciones sindicales de América Latina y el Caribe a la realiza-

ción, el próximo 23 de octubre, de un día de acción continental contra la deuda externa y sus catastróficos efectos sobre la vida económica y social de nuestros países.

9. Brindar apoyo a todas las convocatorias regionales o subregionales sobre el tema de la deuda externa, como, por ejemplo, la Conferencia Sindical convocada por las centrales sindicales del Cono Sur, la que se realizará a finales de este año; así como a la celebración de la próxima Conferencia Sindical de los Trabajadores de América Latina y el Caribe, a realizarse en Bolivia, convocada por la Central Obrera Boliviana, a fin de dar continuidad a este esfuerzo y patentizar, al mismo tiempo, la solidaridad con los trabajadores de ese hermano país que es uno de los que con mayor rigor sufre actualmente las consecuencias destructivas de la crisis económica y la deuda externa.

10. Los participantes en la Conferencia, inspirados en el legado histórico inscrito en el libro sagrado de los mayas: "Que todos se levanten, que se llame a todos, que no haya ni uno ni dos entre nosotros que se quede atrás", reiteran, finalmente, el compromiso de luchar:

PRIMEIRO: POR LA ANULACION, MORATORIA, SUSPENSION INMEDIATA DE PAGOS O POSTERGACION INDEFINIDA DE LA DEUDA EXTERNA, INCLUIDOS LOS INTERESES!

SEGUNDO: POR EL ESTABLECIMIENTO DEL NUEVO ORDEN ECONOMICO INTERNACIONAL!

TERCEIRO: POR LA UNIDAD LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA! POR EL AVANCE HACIA FORMAS DE INTEGRACION ECONOMICAS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE. AL SERVICIO DEL DESARROLLO Y LA INDEPENDENCIA DE NUESTROS PAISES!

Y para dejar constancia de la presente, suscriben todos los participantes a los 18 días del mes de julio de 1985."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Grande Expediente, no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos, por cinco minutos.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Finalmente o Ministério da Agricultura, através do Ministro Pedro Simon, revogou a Portaria Ministerial que proibia o plantio de cítricos em cento e oitenta e oito municípios paranaenses, justamente aqueles que apresentam as melhores condições para o desenvolvimento da cultura. Encerrou-se assim, um ciclo de vinte e oito anos de discriminação por parte do governo federal em relação ao nosso Estado.

Temos a certeza de que este ato representou um marco em nossa agricultura, pois a partir de agora está criada uma nova fonte geradora de riquezas para o Paraná, pois temos clima e solo propícios para o desenvolvimento da cultura, e também uma

excelente possibilidade de comercialização, tanto ao nível interno, pois o Paraná importa de outros Estados 96% do que consome, quanto ao nível do mercado externo, que há vários anos vem se apresentando como um grande incentivador das exportações de cítricos.

Além disso, a citricultura significa também um forte incremento para o emprego no meio rural, devido ao fato de utilizar mão-de-obra, em grande escala, e pode vir a ser também uma alternativa viável para a necessária diversificação da agricultura paranaense.

Entretanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que motiva este nosso pronunciamento é uma preocupação que vem se manifestando com muita intensidade nos produtores rurais, em especial os da região oeste. Preocupação quanto ao caminho da implantação da citricultura em nosso Estado, de forma a não criar condições para o reaparecimento do cancro cítrico.

É muito forte o temor, entre os agricultores mais conscientes, de que com a liberação do plantio se dissemine indiscriminadamente a venda de mudas pouco resistentes e a utilização de práticas incorretas, criando condições para o retorno da doença.

Esta preocupação é correta e oportuna, pois a notícia da liberação e a perspectiva de bons lucros pode vir a provocar uma corrida desorganizada e comprometidora do futuro de nossa citricultura.

É também uma preocupação justificada. Encontra respaldo na prática desenvolvida por muitos no período em que o plantio de cítricos esteve proibido no Paraná. Nesta época existia, e anda existe, um forte e lucrativo comércio clandestino de mudas cítricas. Comércio que pode se intensificar, criando condições para se levar a perder toda a luta desenvolvida pela comunidade paranaense e que culminou com a revogação da Portaria Ministerial.

No período de interdição este comércio clandestino de mudas teve um grande desenvolvimento, devido ao fato de não ter ocorrido controle algum adequado por parte dos órgãos públicos responsáveis, em função principalmente da grande especialização que os vendedores já adquiriram, como o transporte de mudas em caminhões frigoríficos, caminhões de mudanças lacradas, transporte via fluvial, entregas de mudas à noite, e muitos outros métodos bastante eficientes e até mesmo sofisticados.

Portanto, temos um quadro realmente difícil. De um lado existe a forte expectativa entre os agricultores para entrarem na produção de cítricos. Do outro lado já existe um mercado clandestino de mudas que tende a se desenvolver.

Diante desta situação, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é preciso uma ação rápida da Secretaria da Agricultura e

do Ministério da Agricultura visando o estabelecimento de um plano de ação para a citricultura no Paraná, privilegiando principalmente o desenvolvimento, através de viveiros das mudas resistentes ao cancro. Estas espécies como a tangerina Ponkan, o limão Tahiti e a laranja Pera, já foram estudadas e aprovadas pelo IAPAR. É necessário também uma ação eficaz de fiscalização na comercialização de mudas, buscando coibir a atividade de comerciantes inescrupulosos.

Mas, o fundamental, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é o trabalho de conscientização e esclarecimento dos agricultores quanto a citricultura. Trabalho que deve levar aos produtores as espécies mais resistentes, os métodos preventivos que evitam o cancro, a delimitação das áreas mais propícias ao plantio, e muitos outros aspectos que hoje são dúvidas para o homem do campo.

Acreditamos, também, Senhores Deputados, devido a prática correta que vem sendo desenvolvida desde 15.03.83, pela Secretaria da Agricultura do Paraná, que esta nossa preocupação encontrará guarida, pois acima de tudo estão os interesses daqueles que geram as riquezas de nosso Estado: os produtores. E com isso, temos a certeza que começou o Brasil a pagar os pequenos produtores, a grande dívida social que tem para com o Paraná".

Era o que nós tínhamos a dizer.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As nossas saudações aos estudantes da Universidade Católica do Paraná, que há sessenta dias estão em greve, exatamente em função da carência, em função do vazio, em função ao bloqueio às aspirações democráticas de nossa juventude, bloqueio este que foi ditado pelo modelo autoritário que durante vinte anos assolou o Governo deste Brasil.

Gostaríamos, antes de iniciarmos as nossas palavras, de, particularmente, enfatizarmos aos nossos universitários, na condição de professor, como sou, na condição de integrante da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado, e fazendo um parêntese, quando professor, com certa frequência, acompanhávamos os estudantes às Câmaras Municipais, ao Parlamento, enfim, e gostaríamos de dar uma explicação, porque, geralmente o jovem universitário quando vem ao Parlamento, leva, com frequência a impressão de que os Deputados pouca atenção devotam aos seus colegas, na tribuna, ou demonstram pouco interesse ou o revelam, em termos de aparência. E por ser esta a impressão, que tan-

tão vezes eles levam e em função de meu testemunho, como professor, nós dizemos que é apenas a aparência, na verdade, o encontro dos Parlamentares, na Assembléia, além da votação de matérias e discussão das mesmas é também quase que a única oportunidade do encontro de todos nós, que representamos várias regiões temos para a troca de idéias sobre questões regionais, sobre questões que dizem respeito à discussão política e administrativa de tantos lugares do Paraná, esta é a razão do parênteses que faço e enfatizo, porque é em razão do diálogo e todos eles giram fatalmente em torno da nossa representação parlamentar.

Senhores Deputados, os universitários de hoje, quando apelam para substituições em sua Universidade, eles o estão fazendo em função de serem vítimas de uma doença que se chama falta de Democracia em nossas instituições superiores, porque a bem da verdade se respeitasse, no nosso universitário, o direito de escolher o seu coordenador, o seu reitor, o fato de ser reconhecido como a razão da Universidade, a razão maior da Universidade, nós, a exemplo desta greve que se alonga e que efetivamente traz inquietações, não apenas aos jovens, mas a seus pais e a toda a comunidade, é que desde o golpe militar de 1964, o nosso estudante foi de certa maneira programado para não falar! Basta citar, por exemplo, que, na década de 60 dos nove Presidentes da UNE, quatro foram presos, dois foram banidos, dois exilados e um deles, Honestino Guimarães, desapareceu em 1972.

A Lei Suplicy de Lacerda, que criou o Diretório Nacional dos Estudantes, para substituir a UNE, foi a primeira tentativa de destruir as entidades autônomas dos estudantes.

O Decreto- Lei 477 que punia com o afastamento da Universidade, de três a cinco anos, o professor ou estudante que incitasse ou colaborasse para a paralisação de aulas, organização de comícios ou passeatas. Em apenas cinco anos, puniu 263 pessoas.

Em marcha paralela à repressão, os orçamentos da União, destinados à educação, nos últimos vinte anos, por exemplo, chegaram a registrar em 1981, apenas 4,8% para a educação. E em postura de verdadeiro "lavar as mãos" da responsabilidade pelo ensino de 3.º grau, nos vinte anos de Governo Militar, o número de acadêmicos em escolas superiores cresceu para o aspecto particular, em função da falência oficial em termos de educação.

É por esta razão, universitários, que até a matrícula por disciplinas, modismo da reforma universitária, foi e continua sendo um disfarce para desintegrar a juventude acadêmica, condicionada que passou a ser por um rodízio semestral de novas

turmas, e inviabilizando-se por tanto, as próprias condições para que os jovens, conhecendo-se melhor, passem a discutir o meio sócio-político em que estão inseridos. Além disso, as instalações prediais de Universidades dispostas, obrigatoriamente, em blocos distantes entre si, foram sabiamente incubadas pelo Governo Militar que tudo fez para aniquilar no jovem a dimensão do coletivo e do comunitário, confiando-se em compartimento estanques, cenário ideal para a massificação do estudante.

A Universidade da Nova República precisa abdicar da doença do bacharelismo e da rigidez institucional. E a presença de vocês aqui na Assembléia é a demonstração clara de que o universitário brasileiro clama, com toda justiça, por um novo dia de participação em termos de nossa Universidade. É preciso discutir, por inteiro, nossa universidade, para que ela não se cristalice no papel de mera fábrica de doutores, rotulados para o desemprego.

Nós Parlamentares, somos testemunhas de como é lamentável nós recebermos em nossos gabinetes, jovens formados por universidades e que aí estão, infelizmente, ampliando a fila lamentável dos desempregados.

É urgente redimensionar os cursos, para que eles venham a ser associados com as necessidades principais do Brasil. Eleições diretas para Reitores e principais órgãos de Universidades. Devem constituir em bandeiras a serem assumidas por todos nós Parlamentares, junto com a necessidade de uma nova Universidade, que deve adaptar-se desde as raízes, aos muitos "Brasis" desfigurados que hoje somos.

Desta forma é que nós entendemos o nosso papel também como Parlamentar, no que diz respeito à educação a nível de 3.º grau.

Particularmente, jovens estudantes de Fonoaudiologia, usando o Horário da Liderança do PMDB, ao mesmo tempo em que nós externamos os nossos cumprimentos, queremos enfatizar que, para nós do PMDB, a crise pela qual vocês estão passando é reflexo do autoritarismo, é reflexo de alguns dados que se abateram, que fizeram da Universidade, uma escola de reprodução do modelo autoritário, o que infelizmente, lamentamos.

E é por esta razão, jovens universitários, que nós acreditamos que a transformação, a Nova Universidade, haverá de supor a participação efetiva, a compreensão, a colaboração de todos, porém, depois de uma maturidade inteira de autoritarismo, de vinte e um anos de jovens asfixiados, amordaçados, sem quaisquer direitos, o que hoje vocês aqui vêm testemunhar e pedir, o direito de escolher os seus coordenadores, o direito de escolher os seus leitores, o direito de serem descobertos com uma razão

maior de universidade, saibam que é esta a bandeira pela qual há vinte e um anos, vem lutando o Partido do PMDB.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra à representação do partido da Frente Liberal.

O SR. IVAN GUBERT - Cinco minutos, o Deputado Augusto Carneiro, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Tem a palavra o nobre Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Senhor Presidente, Senhores nobres Deputados, faço uso destes cinco minutos destinados à Liderança do meu partido da Frente Liberal, para reiterar aqui o que vários oradores já abordaram, com referência ao assunto da greve dos estudantes do curso de Fonoaudiologia da Universidade Católica do Paraná. E o faço neste horário, porque o Horário de Pequeno Expediente na hora que solicitamos já tinha sido tomado.

Levo ao conhecimento desta Casa de Leis, de que tomando ciência a aproximadamente um mês, de que estavam os alunos do curso de Fonoaudiologia em greve, por desentendimentos havidos com a coordenação do mesmo curso. Desentendimento que culminou na manifestação generalizada, na sua totalidade, dos estudantes a buscarem junto à direção do curso uma solução para o impasse criado.

E tomando ciência naquela oportunidade, não achei conveniente trazer à tribuna desta Casa, para não tornar ainda mais grave o problema que havia e que era, no meu entendimento, de solução interna. Mas espero como homem público, e como homem consciente da necessidade de que o problema desta ordem possa ser solucionado, é que pensamos que a direção daquele estabelecimento de ensino pudesse ouvir, pelo menos, a palavra dos estudantes que tinham reivindicações a fazer. Mas ao mesmo tempo encaminhamos telex pessoalmente, um telex ao magnífico reitor daquela universidade, transmitindo a nossa preocupação como Parlamentar, e falando ao mesmo tempo da ciência que tínhamos do problema levantado, e esperávamos de que através daquele telex, pudesse ele responder de que já tinha sanado o problema.

Acompanhamos com muito prazer algumas reuniões que os alunos do curso referido, fizeram. Não quisemos lá, manifestar ou oficializar a nossa presença, porque entendíamos que o problema era do corpo docente e do corpo discente, e que deveria lá mesmo ser solucionado. No entanto, com tristeza, observamos, vimos e ouvimos, a

incorporação dos pais buscando uma solução para seus filhos, o que é justo e perfeitamente normal, no entanto nem o acréscimo e a participação dos pais, foi possível pelo menos conversar com a direção daquele estabelecimento.

Verificamos também Sr. Presidente, Srs. Parlamentares de que uma comissão que foi designada para tentar solucionar o problema, mas que na verdade esta comissão veio sem autoridade alguma, veio apenas para tentar ludibriar a boa-fé daqueles que reivindicavam uma solução justa, uma posição mais correta, uma posição de melhor eficiência e melhor eficácia para o curso.

Com tristeza observamos tudo isso. E hoje nesta Casa esse problema veio aqui se aflorar. Tanto os Senhores Parlamentares já abordaram sobre o assunto, e o meu partido não poderia ficar omissos, por isso é que nós também entramos nesta luta. Entramos agora e encaminhamos à Mesa, parece-me que já reiterando um requerimento já havido, mas endereçamos também à Mesa um requerimento de que sendo aprovado por esta Casa, possa se constituir uma comissão suprapartidária, porque o problema existe, e é um problema social, é um problema da gente que nós aqui representamos, e precisa alguma coisa ser feita, porque vem se agravando ainda mais. Tivemos ciência agora, de que na questão do pagamento das mensalidades já vem uma determinação para que se acrescente juros para os pais que ameaçavam não contribuir, não pagar a mensalidade, porque seus filhos não estavam estudando, e eu encaminho à Mesa este meu Requerimento para que ele seja apreciado e aprovado por esta Casa.

Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)- Continua com a palavra a representação do Partido da Frente Liberal.

O SR. IVAN GUBERT - Declinamos o restante do tempo, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)- Concedo a palavra a representação do PDT.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares: A nossa solidariedade aos estudantes da Universidade Católica do Paraná, que vêm a esta Casa de Leis como a verdadeira Casa do povo, em busca do apoio dos Srs. Deputados, independentemente da sigla partidária, para uma luta justa que eles travam há quase dois meses. E lamentavelmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, até agora o Reitor da Universidade, Oswaldo Arns, continua insensível a este movimento que conseguiu a unanimidade da classe universitária da Universidade Católica do Paraná, que não aceita a imposição no velho sistema

ditatorial, da indicação da professora Cleyde Hiole Vieira para coordenadora do curso de Fonoaudiologia.

Esquece o Reitor Oswaldo Arns, que quem mantém a Universidade Católica são os estudantes, ou por seu esforço pessoal, ou até mesmo, pela ajuda que recebem de seus pais. Mas, infelizmente, o Reitor Oswaldo Arns está surdo, está mudo, diante de um clamor que poderia ter sido ouvido por ele atendendo a esta reivindicação.

E o que é pior Sr. Presidente, Srs. Deputados, que um determinado funcionário da Universidade Católica do Paraná mostrou uma exímia e excepcional qualidade, de um verdadeiro soldado do Corpo de Bombeiros. Se não tivessem me dado o currículo desse cidadão, eu o teria certamente confundido com um soldado do nosso glorioso Corpo de Bombeiros do Paraná; mas, para minha surpresa, fui verificar que é ele, Diretor do Centro de Biomédica da Universidade Católica do Paraná, e não pode mais ser soldado do Corpo de Bombeiros, porque é um Coronel. O Coronel Ari de Cristian que num gesto de prepotência, de arrogância, como no estilo da Velha República, dos áureos tempos da ditadura militar, apanhou o esguicho para jogar água nos alunos da Universidade Católica, que por sinal são aqueles que pagam, ajudam a manter esta Universidade, e conseqüentemente são os alunos que pagam o salário do Coronel Ari de Cristian.

Lamentavelmente, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, em Curitiba, no ano da Nova República, estamos convivendo no Paraná, em nossa Capital, com um militar com esse espírito tão prepotente e tão arrogante que é o Coronel Ari de Cristian, que chegou, inclusive a ofender as diversas moças, estudantes da Universidade Católica. Queremos apelar ao Reitor Oswaldo Arns, que não permita que esse Coronel Ari, em que pese ser o Diretor do Centro de Biomédica, venha a agredir com palavras e a usar mangueira para jogar água nos alunos da Universidade Católica.

E isso ocorre, numa hora em que algumas das cidades do Paraná clamam por falta de água. Tem faltado água no Paraná e em alguns bairros de Curitiba, e este Coronel é um esbanjador de água que não pertence a ele, está esbanjando água para naturalmente tentar acabar com os piquetes dos alunos da Universidade Católica.

É preciso que o Reitor da Universidade apague este incêndio, não o incêndio que está sendo procurado pelo Coronel Ari de Cristian, mas que o Reitor mostre o seu espírito democrata e atenda que o Brasil mudou, e apesar de muitas falhas que ainda ocorrem, o Brasil está numa Nova República que prega a democracia.

E, nesta Universidade Católica, onde a anuidade é muito cara, não é barata, onde aquele que for pobre não estuda porque é

preciso pagar a anuidade que é pesada, é cara, infelizmente nós temos ali um militar que se fosse da ativa eu diria ao Coronel Ari de Cristian para voltar para a caserna, para voltar para o quartel.

Então ele quer trazer para o seio, para o meio da Universidade quem sabe aquilo que ele aprendeu durante a sua vida militarista, durante a sua vida e a sua convivência nos quartéis.

Por isso, Senhor Presidente, o nosso repúdio a esse Coronel Ari de Cristian e um apelo ao Reitor que ele entenda que se não forem os alunos a Universidade fecha, e se há unanimidade dos estudantes contra aquela Coordenadora que foi nomeada, é sinal que os alunos estão com a razão. Caso contrário, o movimento já teria fracassado, já teria sido encerrado, já teria caído no vazio. Se o movimento perdura por dois meses é mais do que prova real de que os alunos estão unidos, estão com a razão, e eu apelo Senhor Presidente Anibal Khury, que já mostrou em várias ocasiões que não é liberal, mas que pelo menos, neste momento, ele mude o seu coração, mude a sua maneira de agir, e passe a dialogar com os estudantes acabando com esta greve através da designação de uma nova coordenadora.

E que o Coronel Ari de Cristian não jogue água fora. Que ele se lembre das populações periféricas de Curitiba, que reclamam da SANEPAR pela água que não existe.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra a representação do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna hoje é continuar a analisar a falsidade dos dados apresentados pelo Governo do PMDB no Paraná. Para demonstrar, claro e bom sem, o amanhã do engodo e da mentira que o PMDB prega diariamente aos paranaenses.

Antes, porém, de analisar os dados com relação ao programa CLICK RURAL, desejo dizer algumas palavras aos estudantes da Universidade Católica do Paraná.

E o faço, Senhor Presidente, sem o intuito de bajular, sem o intuito de ser agradável, sem o intuito de criticar algumas pessoas que podem merecer a reprimenda do momento, mas que têm atrás de si, uma longa história e atuação, na vida acadêmica do nosso Estado!

Tenho profundo respeito pelo idealismo da juventude e não creio que a melhor maneira de se referir aos jovens ou de a eles falar, seja, apenas, tentando obtê-los a simpatia eventual ou momentânea. Acho que o homem público tem o dever de falar, sempre, a linguagem da seriedade, às vezes até correndo o risco de ser mal

interpretado.

Digo isto, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, porque conheço a Universidade Católica do Paraná, conheço o Professor Oswaldo Arns, e conheço o Professor Ari de Cristian, sei que se trata de dois exemplares cidadãos, podem, inclusive, estarem equivocados, no episódio, mas é muito simples usar a tribuna, designá-los com os objetivos impróprios, para a juventude, para, desta forma, tentar obter-lhe a simpatia. A educação é o diálogo que liberta o Homem, e é através do diálogo que há de se encontrar a solução para o problema da Universidade Católica do Paraná. Queremos que os estudantes encontrem, através do caminho do diálogo, através do caminho do respeito à sua própria Escola, a possibilidade de superarem o episódio. Não pretendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que este episódio livre a responsabilidade inclusive do atual Governo. Aqui, muito se falou em autoritarismo, nos últimos vinte anos da vida pública nacional! Pois bem!

Por que não dizer, aos estudantes da Universidade Católica do Paraná, que, o Ministério da Educação e da Cultura tem responsabilidade direta, nesse episódio? Por que não dizer aos estudantes da Universidade Católica do Paraná, que, aí está a Nova República e existe um Delegado do Ministério da Educação, no Paraná, que não deve ficar calado, nesse episódio, mas que, na condição de representante do Ministro da Educação, no Paraná, deve, ele, servir de canal de comunicação entre o estudante e o professor, como igualmente devem servir de canais de comunicação, para superar o episódio, aqueles Deputados que realmente tenham a disposição não, de fazer demagogia em cima do assunto, mas, de encontrar a solução ideal para que os estudantes da Universidade Católica do Paraná possam ter a educação que cada pai deseja transmitir aos seus filhos! Não se resolverá o problema da Universidade Católica, atirando pedras no passado, mas se resolverá o problema dos estudantes, acionando as responsabilidades, responsabilidades que o PMDB não pode deixar de cumprir, neste momento, pois que se é Governo Federal, e se o Ministério da Educação e da Cultura tem a competência Constitucional, legal, de fiscalizar as entidades de ensino superior do nosso País, é necessário muito mais do que se criticar com adjetivos inadequados, os professores da Universidade Católica. É importante que esta Casa diga ao estudante da Universidade Católica, o Ministério da Educação e da Cultura deve intermediar na solução desse problema. Pois que só assim, os Parlamentares falando a linguagem da verdade, e não da simpatia eventual, haverão de ter a credibilidade do estudante da nossa terra. Estudante que é elite neste País. São

poucos, lamentavelmente, num País de tanta miséria, num País de tanta dificuldade, são poucos aqueles que têm a rara oportunidade de chegar a um banco escolar superior.

E por isto, o estudante tem a obrigação, o estudante universitário da nossa terra tem a obrigação de ser mais lúcido, tem a obrigação de discernir entre os demagogos e aqueles que querem auxiliar, entre aqueles que se dispõem a intermediar e encaminhar de acordo com o rumo certo, ou aqueles que querem, confundindo educação com política baixa e com política partidária, confundir o estudantado. E, desta forma, não levá-lo à solução que o estudante quer.

O que quer o estudante da nossa terra? Quer o ensino superior adequado à sua realidade nacional. O que quer o estudante da Universidade Católica, da Universidade Federal? Quer um bom padrão de ensino, porque eles têm consciência, num País de 128 milhões de habitantes, que apenas poucas pessoas chegam à universidade.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência permite um aparte?

Nobre Deputado Luiz Alberto, estou atento ao pronunciamento de Vossa Excelência, mas, acredito que o nobre Deputado cometeu um grave engano, ao afirmar que os políticos não devem tentar envolver ou enganar o estudante universitário. Acredito que o nosso estudante universitário tem plenas condições de distinguir a verdade da mentira. E ele sabe perfeitamente, que político nenhum neste Estado e nesta Nação, conseguirá envolvê-lo.

Não fosse assim, nós não teríamos a certeza de um Brasil melhor no futuro.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não entendi, na verdade, o aparte de Vossa Excelência. Não entendi porque reafirmo que a obrigação de todo político é falar a linguagem da serenidade e da seriedade ao estudantado da nossa terra. O político que ao invés de fazer isso, assome à tribuna, para, através de palavras demagógicas, induzir um problema atual existente na estrutura da Universidade Católica, com autoritarismo, com o entulho, com responsabilidade de governos passados, este político, está no mínimo oferecendo ao jovem uma visão deformada do problema. E é esta deformação do problema, Deputado Edmar Luiz Costa, creio que é prejudicial à educação dos próprios jovens. Aos jovens devem-lhes ser dito a verdade, mesmo que a verdade não seja às vezes a moeda mais simpática; e como na política brasileira tem sido usada a imagem e a moeda falsa daqueles que pregam uma coisa, na véspera da eleição e que depois, nos palanques eleitorais desfeitos, vêm inclusive a este plenário votar contra os interesses dos estu-

dantes como no caso, por exemplo, da estadualização da Escola do Oeste do Paraná, onde o Deputado Edgard Pimentel apresentou um projeto procurando estadualizar a Universidade do Oeste do Paraná, e a Bancada de Vossa Excelência, a Bancada do PMDB, votou contra os estudantes do Oeste do Paraná.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Não votamos contra os estudantes, nós votamos com a realidade, Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Então, Vossa Excelência precisa saber que a linguagem que se deve usar nesta tribuna, especialmente quando se trata de falar ao jovem da nossa terra, é que a responsabilidade muito maior no episódio da Universidade Católica hoje é do Ministério da Educação e Cultura dirigido por partidários de Vossa Excelência do que apenas discursos que procurem cativar e prender a atenção da juventude que hoje honra este plenário com a sua presença.

Esta é a Casa do povo. Os estudantes estão aqui e merecem o nosso respeito, mais do que o nosso respeito: a nossa dedicação. Mas, não posso concordar e nem posso deixar saliente a minha voz neste momento quando ouço de Parlamentares ilustres desta Assembléia a deformação do assunto, a tentativa de sair do problema, que é um problema acadêmico, que é um problema de educação, para transferir este problema para um problema de coloração político-partidária.

A Universidade é de todos, a Universidade é o caminho, é o diálogo que liberta o jovem através da educação, e é através desse diálogo, desse caminho que nós preparamos a juventude para exercer as tarefas que a sociedade brasileira exige do idealismo do jovem.

Este é o posicionamento pessoal meu e esta é a minha disposição de, através do diálogo, do entendimento, usando no diálogo todas as forças possíveis para juventude, inclusive com recurso à greve que é o instrumento legítimo de pressão, encontrar a solução para a Universidade. Vossas Excelências demonstram deseducação política ao ficar tentando me apartear e tentando não me deixar concluir o meu pronunciamento.

Espero, pela tradição universitária que a Universidade Católica tem, pelo valor da juventude estudantil de Curitiba, que nós possamos, sem demagogia e concretamente oferecer o nosso trabalho, o nosso entusiasmo, a nossa mão forte para a solução do problema da Universidade Católica do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do Governo e do PMDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial de Reforma à Constituição/85. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Em caráter excepcional e considerando a importância da matéria, vou submeter a votos os requerimentos abaixo relacionados:

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Externo de Parlamentar, para junto à reitoria da Universidade Católica do Paraná, servir de mediadora entre aquela autoria e os universitários grevistas do Curso de Fonoaudiologia, nas suas reivindicações. Requer, ainda, que a Comissão Executiva do Poder Legislativo providencie, junto ao magnífico Reitor, uma audiência para tratar do referido assunto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando seja designada uma Comissão Especial - Suprapartidária, como intermediadora às conversações entre a Turma de Fonoaudiologia, último período e a Reitoria da Universidade Católica do Paraná, visando colocar um ponto final no impasse causado entre as partes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa, Ivan Gubert, Luiz Alberto Oliveira e Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando a formação de uma Comissão Especial, composta por seis Srs. Deputados, para participar de uma audiência com o Reitor da Universidade Católica do Paraná, juntamente com os alunos do referido estabelecimento de ensino. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa solicita dos Senhores Líderes que façam a indicação dos Srs. Deputados para a referida comissão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem)- Sr.

Presidente, o PMDB indica 3 membros dada a proporcionalidade das bancadas, os Deputados Tadeu França, Nestor Baptista e Sérgio Spada.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - A Bancada do PFL indica o Sr. Deputado Gubert.

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem)- Fica indicada a bancada toda.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela

Ordem)- A Bancada do PDS indica para compor a comissão o ilustre Deputado Edgar Pimentel, na dupla condição de parlamentar e pai dos estudantes, de um dos estudantes do curso referido.

O SR. PRESIDENTE -(Anibal Khury)- Fica constituído a Comissão, Deputado Nestor Baptista, Sérgio Spada, Tadeu França, Ivan Gubert, Antonio Belinati e Edgar Pimentel.

A Mesa irá entrar em contato com a Reitoria da UCP para que seja marcada a audiência.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 203/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL BOM SAMARITANO AMOREIRENSE", com sede e foro em São Sebastião da Amoreira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 284/84, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PILARZINHO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 304/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública o PROVOPAR - "PROGRAMA DO VOLUNTARIADO PARANAENSE" - Coordenação Municipal de Curitiba, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 02/85, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de utilidade pública o "CLUBE DOS AMIGOS DEFICIENTES FÍSICOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - CADEFI", com sede e foro em São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 16/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 55/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Londrina a data de Terras n. 14, da quadra 90, situada na sede do referido Município e demais características constantes da Transcrição n. 3.235, do Livro 3/6, do Cartório do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 38/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Esta-

dual o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA CANTU", com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Uiratã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 44/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública a CORIBEIRA "COMISSÃO PARANAENSE PARA DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DA ESTRADA DA RIBEIRA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 51/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA IPIRANGA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 64/85, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI, que denomina de "DEPUTADO SCARAMELLA" a ponte a ser construída, ligando a Cidade de União da Vitória à BR-476. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 66/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESUTI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VETERINÁRIOS ESPECIALISTAS EM SUÍNOS - ABRAVESPAR" com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 71/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO FACULDADE DE AGRONOMIA "LUIZ MENEGHEL", com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 72/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que mantém inalteradas as taxas do Departamento de Trânsito (DETRAN), previstos na Lei n. 7811, de 29/12/83, com alterações da Lei n. 8067, de 28/12/84, vigentes em 30/04/85, por um período de 60 (sessenta) dias, a contar daquela data. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Srs. Deputados Edmar Luiz Costa, Ivan Gubert e Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do projeto de Lei n. 72/85, devendo o mesmo ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para novo parecer, face a Emenda apresentada. Aprovada. À Diretoria Legis-

lativa. Portanto, o projeto irá à Comissão de Constituição e Justiça, face a emenda apresentada, nos seguintes termos:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 72/85

Substitua-se o art. 1.º pelo seguinte:

Art. 1.º - Os valores monetários das taxas relativas aos serviços do Departamento de Trânsito (DETRAN), previstos na Lei n. 7.811, de 29/11/83, com alterações da Lei n. 8067 de 28/12/84, vigentes em 30 de abril de 1985, ficam mantidos e inalterados a contar daquela data, e somente poderão sofrer alterações através de lei especial."

Sala das Sessões, em 14/08/85.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Apoiamento: Odeni Mongruel, Nelson Buffara, Luiz Alberto Oliveira, Gabriel Manoel e Edmar Luiz Costa.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 76/85, de autoria do Deputado ORLANDO PES-SUTI, que declara de Utilidade Pública, DASAP - SUL - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ADVENTISTA DA PROMESSA DA REGIÃO SUL, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 77/85, de autoria do deputado ORLANDO PES-SUTI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DA BOA VISTA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 90/85, de autoria do deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇA ÓRFÃ E NECESSITADA - AASCON", com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 92/85, de autoria dos Deputados IVAN GUBERT, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e ACIR MEZ-ZADRI, que denomina de "ENGENHEIRO GILBERTO JOSÉ DUDA", o trecho da Rodovia compreendido entre o trevo da PB-170 e a Cidade de Miraselva, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 321/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que autoriza o Poder Executivo instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 321/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC.

§ Único - O FUNCITEC reger-se-á por regulamento aprovado por decreto do Governador do Estado, terá sede e foro na cidade de Curitiba, duração indeterminada, sendo vinculado ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 2.º - O FUNCITEC tem por finalidade promover os meios necessários ao Desenvolvimento de atividades Científicas e/ou Tecnológicas, capacitando financeiramente e oferecendo garantias às pessoas físicas ou jurídicas nacionais a executarem estudos, programas, projetos e outras atividades que tenham por objeto o desenvolvimento Científico e Tecnológico no Estado do Paraná, bem como o aperfeiçoamento de técnicas, processos e produtos e a absorção, utilização e difusão de tecnologias apropriadas à região.

Art. 3.º - Constituem recursos do FUNCITEC:

- I - dotação anual do Governo do Estado consignada no orçamento e créditos adicionais que lhes sejam destinados;
- II - repasse de recursos advindos das instituições financeiras e de desenvolvimento do Estado do Paraná;
- III - recursos provenientes de incentivos fiscais;
- IV - auxílios, subvenções, contribuições, transferências e participações em convênios;
- V - recursos de convênios de cooperação técnica e financeira com entidades estaduais, nacionais e internacionais;
- VI - licenciamento de patentes de inventos financiados com recursos do FUNCITEC;
- VII - percentual sobre o faturamento de inventos financiados pelo FUNCITEC;
- VIII - rendimentos, acréscimos e juros provenientes da aplicação de seus recursos;
- IX - saldos de exercícios anteriores;
- X - recursos de outras fontes.

Art. 4.º - A aplicação dos recursos do FUNCITEC far-se-á segundo as diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 5.º - Os recursos do FUNCITEC serão recolhidos diretamente ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO - com conta

especial, tendo como seu gestor financeiro a Secretaria de Estado do Planejamento.

Art. 6.º - Os projetos a serem financiados pelo FUNCITEC serão analisados tecnicamente pela Secretaria Executiva, pelas Câmaras especializadas e finalmente pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCIITEC.

Art. 7.º - O Chefe do Poder Executivo, através de decreto, estabelecerá as normas relativas à estruturação, organização e funcionamento do FUNCITEC.

Art. 8.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

No processo de desenvolvimento e consolidação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná, esta marcadamente presente no seio da comunidade científica paranaense, a reivindicação para que se crie um Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, institucionalizando-se o fomento como suporte básico para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado.

Seu objetivo básico é promover o apoio financeiro aos estudos, programas científicos e tecnológicos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano de Ação do Governo, no que se refere ao conteúdo de ciência e tecnologia, para contribuir ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado do Paraná.

A criação deste Fundo prevê que as atividades em ciência e tecnologia sejam discutidas e aprovadas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, cabendo à Secretaria Executiva e Câmaras Especiais que vierem a ser criadas, a análise técnica e econômica de projetos e de outras solicitações formuladas.

Os aspectos jurídicos relativos à concessão de recursos serão atendidos pela Assessoria Jurídica e os aspectos formais para o processamento de convênio serão assessorados pelo Grupo de Planejamento Setorial - GPS -, ambos da Secretaria do Planejamento.

O Banco do Estado do Paraná hospedará o Fundo e o gerenciará no que couber aos seus aspectos econômico-financeiro e jurídico.

Cabe salientar que será condição básica e essencial para deferimento de qualquer solicitação de apoio financeiro pelo FUNCITEC, a garantia de aplicação destes no Estado do Paraná.

É importante se ter sempre presente o caráter de risco com que devem ser encarados os investimentos em ciência e tecnologia, uma vez que não se trata de atividades com resultados garantidamente viáveis,

técnica e economicamente falando. Assim, as condições de financiamento pelo fundo deverão prever a inserção de fatores como: taxa de administração, garantias reais e correção plena.

O interesse do agente administrador do Fundo, será mantido a medida em que os recursos componentes de sua receita (percentual de lucro líquido de entidades financeiras; recursos do Governo do Estado, recursos provenientes de incentivos fiscais; recursos repassados do Governo Federal; contribuições; doações; renda da aplicação de bens patrimoniais; etc.), permanecerão em seu poder até serem repassados a entidades do Sistema Estadual, além desta nova linha de atuação favorecer o surgimento de novos clientes.

Um regulamento interno do Fundo será elaborado, visando ser estabelecido uma sistemática de entrosamento das atividades dos agentes, mas também os prazos, periodicidade de pagamentos, controle de recursos do Fundo e aplicação desses, inclusive no mercado financeiro.

As normas de operação do Fundo definirão: finalidades, usuários, setores e segmentos de atuação, origem de receita, gestão operacional, condições de financiamento e itens financiáveis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 321/84

PARECER:

O projeto de lei em exame, de iniciativa do ilustre Deputado Adhail S. Passos, pretende autorizar o Chefe do Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual do Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC.

A criação deste Fundo é uma sentida reivindicação da comunidade científica paranaense e se insere no processo de desenvolvimento e consolidação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná.

Embora plenamente justificada, a medida fere preceito constitucional. De fato, a iniciativa em matéria que determine aumento de despesa, criação ou extinção de órgãos da administração, são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Contudo, a existência de mecanismos que permitam um maior incentivo para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado é fator decisivo para contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Paraná.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei, mantendo a expectativa de que o seu notório vício de origem poderá ser sanado quando da sanção governamental.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 11/12/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 321/84

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, tem por objetivo autorizar o Chefe do Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC.

Conforme já foi analisado pelo douta Comissão de Constituição e Justiça, embora a medida fira preceito constitucional, por determinar aumento de despesa, entendeu a mesma que o vício de origem poderá ser sanado com a sanção governamental.

Desta maneira, seguindo aquela decisão, opinamos pela APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI N.321/84.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de pesar à família do Senhor João Cioni Neto, pelo falecimento de sua mulher Senhora Alice Marcolino Cioni. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Araci Calderari Valente, ocorrido domingo último, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, com apoio do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 126/85, que trata da criação do Município de Diamante do Oeste, desmembrando-o do Município de Matelândia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 103/84 que denomina "Escola Estadual Treofânio Agapito Maltezo" o estabelecimento de ensino de 1.º grau do Município de Cafelândia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 82/85, que declara de utilidade pública a Associação de Amparo à Maternidade e a Infância Amélia Boudet. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 54/85, que concede auxílio moradia aos Juizes do Interior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de cento e vinte carteiras para a Escola Municipal Getúlio Vargas, no Município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Desembargador Clodomir Costa Lima, pela sua posse no Tribunal de Justiça do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo maquinários para atendimento junto a pequenos proprietários rurais do Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo o desmembramento dos postos do DETRAN existentes respectivamente nas Municipalidades de Altamira do Paraná e Juruanda, para que os mesmos venham a fazer parte da 37.ª Ciretran, do Município de Ubiratã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Direção da Escola Professor Júlio Teodoro, pela passagem do 50.º de fundação, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Giotto Belanda, ocorrido dia 13 do corrente mês, no Município de Florai. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Legião Brasileira de Assistência em Brasília, congratulando-se com a nomeação da Senhora Arlete Richa para Superintendente Regional da LBA no Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Caipara", de União da Vitória, pela passagem do seu 32.º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente,

diente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, visando a instalação de Postos de Saúde nas localidades de São Valério e Sagrada Família, ambas no Município de Planalto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado e Senhora Secretária da Educação, no sentido de autorizarem ao concurso público de ingresso de pessoal ao Quadro Próprio do Magistério também as inscrições dos Professores que prestam serviços à Rede Municipal de Ensino ou em quaisquer outras Instituições Educacionais de Iniciativa Particular. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Chefia do Núcleo Regional do Litoral da Secretaria de Educação, pela realização do encontro de jovens do Litoral com o tema "Constituinte e educação". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado e a Senhora Secretária da Educação, consubstanciado em apelo no sentido de serem enquadrados os professores celetistas com mais de cinco anos de serviço prestados ao Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de mensagem aos Senhores Superintendente do INAMPS e Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo urgência na tramitação do processo de credenciamento do Hospital Municipal de Florestópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Diretoria da COOPEVAL - Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda., pela forma serena e isenta que vem superando a crise que ameaça a sobrevivência da Instituição. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, por decidir desativar o IAA e o IBC. Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de mensagem ao Senhor Presidente da República, manifestando contrariedade diante das declarações do Senhor Ministro da Indústria e Comércio e solicitando revogação do Decreto n. 60.737 de 1967. Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ferrari Júnior, Tadeu França e Nilso Squarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a instalação da Assembléia Legislativa no Município de Maringá, por três sessões, com datas a serem marcadas no próximo mês de setembro, para realização de Sessões e Fórum de Debates. Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Qual requerimento, Senhor Presidente, por favor?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) (Lê o requerimento) Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

10 Senhores Deputado aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 38/85, 44/85, 51/85, 64/85, 66/85, 71/85, 76/85, 77/85, 90/85 e 92/85.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 321/84

Marca ainda uma sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 62/85, 63/85, 64/85, 65/85, 66/85 e 67/85.

Levanta-se a sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
B A L A N C E T E
ENCERRADO EM 31 DE JULHO DE 1985

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Banestado - C/C 3138	2.242.046	IRF a Recolher	16.488.207
Banestado - C/C 29600	11.984.741	Seguros a Recolher	(5.759.600)
Banestado - Poupança	2.499.884.071	Títulos Descontados	448.500.000
Valores Mobiliários	4.342.841.456		<u>459.228.607</u>
Empréstimos Concedidos	162.134.196	PATRIMÔNIO	
Títulos a Receber	448.500.000	Patrimônio Líquido	3.547.476.446
IRF Compensável	88.018.886		
	<u>7.555.605.396</u>		
IMOBILIZADO		RECEITA	
Móveis e Utensílios	30.100	Renda de Contribuições	1.178.439.416
		Renda de Títulos	2.978.588.094
DESPESAS		Juros de Empréstimos	63.518.661
Aposentados	670.040.936	Outras Rendas	<u>9.522.973</u>
Serviços de Terceiros	10.159.260		<u>4.230.069.144</u>
Materiais de Consumo	827.285		
Seguros	<u>111.220</u>		
	<u>681.138.701</u>		
TOTAL DO ATIVO	8.236.774.197	TOTAL DO PASSIVO	8.236.774.197

ODENI VILLACA MONGRUEL
Tesoreroiro

ARTAGÃO DE MATOS LEÃO
Presidente

VICENTE P. RODACKI
Contador CRC-PR 6635